



Judiciário define **METAS** para 2012 e 2013

Após discutir inúmeras propostas elaboradas pelos próprios tribunais, Judiciário bate o martelo na escolha de metas para os próximos dois anos. Ajuste de procedimentos nas turmas recursais e ações de conciliação viram alvos na Justiça Federal



ESPECIAL

Impedido registro de remédio cujo nome sugere efeitos não comprovados



APRIMORAMENTO

Gestores de RH da Primeira Região reúnem-se em Brasília

Mais do que somar acordos,
promover uma mudança de cultura.

Semana da Conciliação TRF1
Cultura da Pacificação dos Conflitos

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região



Ao leitor

Depois que o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu um rol de metas que passaram a compor a agenda de trabalhos do Judiciário brasileiro, os 90 tribunais do país começaram a se adequar para incluir mais esse desafio em suas rotinas. As primeiras 10 foram definidas no ano de 2009 com o objetivo de promover o nivelamento entre os tribunais para garantir mais agilidade na tramitação processual e na prestação de serviços aos jurisdicionados, aproximando-os mais da Justiça. Em 2010, um segundo rol de metas foi estabelecido. Entre elas, julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal; reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível; disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do Tribunal e ampliar para 2 mbps a velocidade dos links entre o tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior.

Este ano, depois de uma detida avaliação dos procedimentos adotados para a criação dessas metas, o CNJ decidiu descentralizar e definiu quatro metas comuns para todo o judiciário e uma específica para cada segmento da Justiça. No caso da Justiça Federal, ficou estipulada a implantação do processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e de segundo grau até dezembro de 2011.

A Primeira Região em Revista, que vem acompanhando todo esse trabalho, mostra nesta edição as novas metas do Judiciário para os próximos dois anos, resultado de um longo e minucioso processo de escolha que envolveu todos os tribunais brasileiros, aprovadas durante o V Encontro Nacional do Judiciário, em Porto Alegre, neste mês de novembro.

Veja, ainda, os números da conciliação em matéria que traz um apanhado de todos os mutirões realizados neste mês na Primeira Região.

E seguindo com a interiorização da Justiça Federal, Barra do Garças, em Mato Grosso, foi contemplada com uma vara federal. Os detalhes você acompanha aqui.

Temas como autocobrança, descarte, mutirão "Judiciário em Dia", entre outros, estão contemplados nesta edição, além da visita de desembargadores federais à obra da nova sede do Tribunal.

Aproveitem a revista!

Ivani Morais
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Etiene Gomes (Reg. Prof. DF 4165), Euvaldo Pinho, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Martha Hormann, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Sônia Martins

Estagiários

Bruno Bandeira, Fernanda Medeiros, Jaqueline Mendes, Paula Oda e Raissa Capibaribe

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1ª Região

Revisão

Mara Bessa
Márcia Murça Barroso

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Euvaldo Pinho, Luiz Xavier, Mauro Putini, Ramon Pereira, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

Fotolitos

Gráfica e Editora Movimento Ltda

Impressão

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1ª Região

Contato

primeiraregioaemrevista@trf1.jus.br



10 Capa

Metas de 2012 e 2013: redução do acervo de processos permanece como meta principal

Acesse www.trf1.jus.br



Portal do TRF1

Portal do TRF1



e-Cint

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica



Consulta Processual

Consulta processual da Primeira Região



e-Proc

Sistema de Peticionamento Eletrônico

Acesse

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

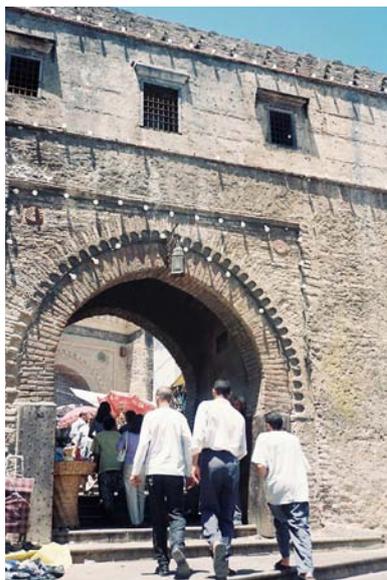
Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



INTERNET

30 | Paineis

Nova sede – desembargadores visitam obra



EUWALDO PINHO

44 | Por aí

Marrocos em cores, costumes e especiarias



INTERNET

52 | Saúde

Fungos nas unhas: conheça os sintomas e previna-se

6 | Entrevista

Conselheiro do TCU, Inácio Magalhães, destaca temas controversos nas áreas de recursos humanos dos tribunais

24 | Mutirão Judiciário em Dia

Mais de 25 mil processos julgados

26 | Nova Vara Federal

Instalada vara da Justiça Federal em Barra do Garças (MT)

40 | Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas seções e subseções judiciárias

42 | Artigo

Os tempos do Direito

Por Mônica Sette Lopes, juíza da 12.ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte

50 | Comportamento

Superar-se é um estímulo, mas na medida certa!

Por Shirley Pontes



Discutir divergências de interpretação das normas e padronizar procedimentos adotados pelas áreas de recursos humanos motivaram o I Encontro de RH da Primeira Região. O conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) Inácio Magalhães Filho proferiu a palestra de abertura do evento, que reuniu mais de 50 representantes de RH da Primeira Região

▼ MARCELA CORREIA

A administração de recursos humanos é uma atividade desafiadora para todas as instituições, sejam públicas ou privadas, já que se incumbe de prover, capacitar, desenvolver, motivar e manter os recursos humanos da organização. Entre seus principais desafios está conciliar os objetivos organizacionais e as necessidades dos empregados.

No Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, a área de recursos humanos conta com o apoio de uma universidade corporativa, criada em 2007, voltada para a educação continuada de todo corpo funcional da Justiça Federal da 1.ª Região.

Com o intuito de otimizar rotinas e padronizar procedimentos na área de recursos humanos, o TRF sediou, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, o I Encontro das Áreas de Administração de Recursos Humanos da Justiça Federal da 1.ª Região. O evento reuniu diretores e supervisores das áreas de administração dos núcleos de recursos humanos e debateu temas relevantes da área de RH.

A abertura do Encontro ficou a cargo do conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) Inácio Magalhães Filho. Durante a palestra, o conselheiro, que também é professor de Direito Constitucional do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), falou sobre os temas que considera mais controversos nas áreas de recursos humanos dos tribunais e demais órgãos do Poder Judiciário. Sobre esses temas e as principais dificuldades vivenciadas pelos profissionais da área, Inácio Magalhães conversou com a equipe da Primeira Região em Revista. Confira.



Sugiro que os servidores reflitam criticamente (...) e não se deixem convencer pela máxima (...) de que 'sempre foi feito assim!'



Quais são as principais dificuldades vivenciadas pelos profissionais de administração de RH no Poder Judiciário atualmente?

Entendo que a principal dificuldade enfrentada na área de RH do Poder Judiciário é a diversidade de interpretação na aplicação da lei de regência em casos idênticos — órgãos do Judiciário da União aplicam entendimento diverso para situações iguais. Isso gera insegurança jurídica em razão de a lei ser a mesma para todos os servidores, independentemente de vinculação à justiça federal, trabalhista, eleitoral e militar, bem como aos tribunais superiores. Quando se compara com os outros poderes e órgãos autônomos, a distinção é bem mais significativa. Assim, sustento a necessidade de realização de estudos mais aprofundados que envolvam os diversos órgãos do Judiciário, de forma a uniformizar os procedimentos administrativos na gestão de pessoas, sem olvidar a integração com os demais órgãos da União.

Baseado em sua experiência, que temas deveriam ser mais discutidos pelas áreas de administração de recursos humanos nos tribunais e demais órgãos judiciários?

Os temas que considero mais controversos são: limite remuneratório; direito a férias; gratificação natalina;

cessão e requisição de servidores; avaliação em estágio probatório; recondução; declaração de vacância por posse em outro cargo inacumulável; acumulação de cargos, empregos e funções e compatibilidade de horário; pagamento de adicional de horário extraordinário; acumulação de proventos com vencimentos; gratificação natalina na base de cálculo da média para fins de aposentadoria; pensão para menor sob guarda.

Como o senhor avalia a iniciativa do TRF que propiciou a participação de integrantes das áreas de pagamento, legislação e cadastro do TRF e seccionais?

A iniciativa do TRF da 1.ª Região foi louvável porque permitiu debates democráticos entre os servidores das áreas mencionadas, sobretudo os das seccionais distantes da sede do Tribunal.

O intercâmbio de experiências em encontros como esse é muito grande. Alguns gestores da Primeira Região, para driblar as dificuldades do dia a dia, implementam boas práticas que podem ou não ser copiadas. O que o senhor acha da padronização de procedimentos em RH?

Sou totalmente favorável à adoção de procedimentos padronizados, desde que reconhecidamente testados e democraticamente discutidos.



A alta demanda associada ao reduzido quadro de pessoal certamente é um dos principais obstáculos encontrados pelos núcleos de RH da Primeira Região. A situação ainda se agrava com a necessária e crescente interiorização da Justiça Federal. Como é possível atender os dois lados sem prejudicar nenhum deles?

A meu sentir, a utilização da tecnologia de informação é, sem dúvida, o caminho para superar as dificuldades assinaladas.

Como a Universidade Corporativa pode contribuir para a melhoria da gestão nas unidades de administração de recursos humanos?

Continuar com a iniciativa de promover treinamentos aos servidores, devendo investigar as necessidades prementes, em especial por consultas às respectivas áreas para indicação de temas de interesse.

Qual “dica” o senhor deixaria para os participantes do Encontro no TRF?

Sugiro que os servidores reflitam criticamente acerca dos atuais procedimentos na área de RH do Poder Judiciário e não se deixem convencer pela máxima, quando houver questionamentos, de que “sempre foi feito assim”. ■



RICARDO CASSIANO

Após quatro meses de um longo e minucioso processo de escolha, os tribunais bateram o martelo na definição de novas metas do Judiciário para os próximos dois anos. As 19 propostas para 2012 e as 15 para 2013 foram aprovadas no dia 18 de novembro, durante o V Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em Porto Alegre/RS. Presidentes de 90 tribunais brasileiros participaram da votação.

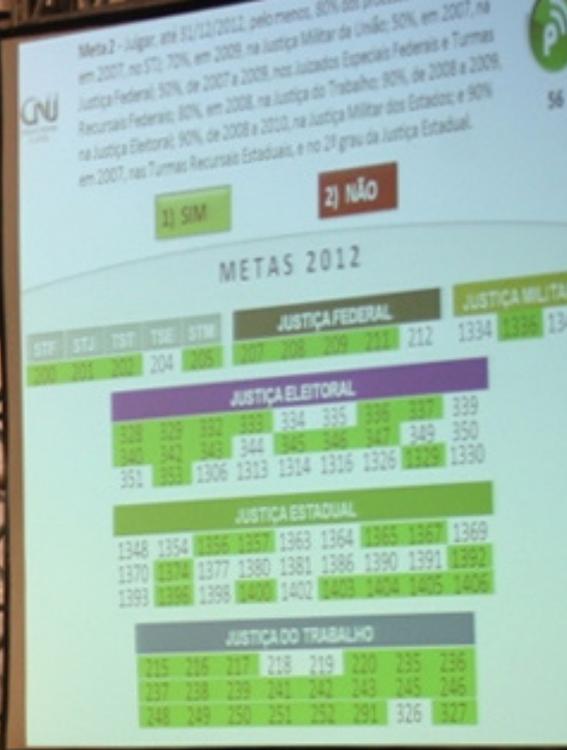
As metas 1 e 2 referem-se ao julgamento de processos, tema essencial para os milhões de jurisdicionados do país. “Elas são as que mais tocam o cidadão”, afirma o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

e condutor do programa das metas, Antonio Carlos Braga Junior. Para atingir a meta 1, todos os tribunais deverão julgar quantidade maior de processos de conhecimento em 2012 em relação ao montante de ações ingressas no mesmo ano. Já a meta 2 foi segmentada por ramificação do Judiciário. Cada Justiça – Federal, Estadual, Militar, Eleitoral e do Trabalho – deverá julgar um percentual diferenciado de processos mais antigos, protocolizados entre 2007 e 2010. Desde a implantação das metas, em 2009, cerca de 3,3 milhões de ações foram julgadas em todo o país. O número corresponde a quase 75% das 4,5 milhões de unidades do acervo de meta 2.

Participaram da votação das metas para 2012 e 2013 os presidentes ou representantes dos:

- 27 tribunais de justiça (TJs)
- 27 tribunais regionais eleitorais (TREs)
- 24 tribunais regionais do trabalho (TRTs)

- 5 tribunais regionais federais (TRFs)
- Tribunais de justiça militar de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul
- Superior Tribunal de Justiça (STJ)



Judiciário define metas para 2012 e 2013

GERENCIAMENTO DE ROTINAS NAS TURMAS RECURSAIS E A CONCILIAÇÃO ENTRAM NO HALL DE METAS DA JUSTIÇA FEDERAL. EM TODO O JUDICIÁRIO, JUIZ DE COOPERAÇÃO PARA AGILIZAR CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS, É UMA DAS PRINCIPAIS NOVIDADES



Presidente do CNJ, Cezar Peluso, ao lado dos representantes da Justiça Federal. O vice-presidente do Tribunal, José Amílcar Machado (1.º à dir.), representou o presidente Olindo Menezes

- Tribunal Superior do Trabalho (TST)
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
- Superior Tribunal Militar (STM)

Caberá à Justiça Federal o julgamento, até 31 de dezembro de 2012, de metade dos processos ingressos até 2007. Os Juizados Especiais Federais (JEFs) e as Turmas Recursais (TRs) deverão liquidar 50% das ações apresentadas entre 2007 e 2009. “São percentuais definidos conforme a realidade da Justiça Federal, dos juizados e das turmas recursais”, avalia o gestor de metas no âmbito do TRF da 1.ª Região e juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco. O magistrado também destaca outra meta relacionada às TRs, que entra pela primeira vez no programa do CNJ.



Magistrados de todo o país participaram do Encontro, em Porto Alegre

INOVAÇÃO

A meta 11, específica para a Justiça Federal, prevê a implantação da gestão por processos de trabalho em 50% das turmas recursais. “É principalmente uma padronização de rotinas nas TRs de toda a Região, dotando-as de procedimentos que sejam eficientes para o volume da demanda”, destaca Franco. O servidor responsável pelo Escritório de Projetos Estratégicos Regional (Eper/TRF), José Roberto Ferretti, que acompanha de perto a evolução no cumprimento das metas, reforça: “trata-se de uma sistemática de trabalho (...) para ver o que dá certo, fazer comparações, aferir resultados e uniformizar”.

Outra novidade no desenho das novas metas é a inclusão das ações de conciliação, em curso no Tribunal desde

2006. A meta 10, da Justiça Federal, sugere a designação de 10% a mais de audiências do que o total do ano anterior. “É uma inovação! Um tema latente na sociedade e que nunca foi trazido às metas”, comemora Ferretti. O juiz Antonio Carlos Braga classificou a meta como uma “evolução”, porque ajuda a transformar a conciliação no primeiro passo em todos os processos em que seja possível negociar. “É uma nova cultura, para que ela se faça não como atividade eventual, mas que seja atividade diária, mais eficiente, mais acertada, a forma principal de solução dos conflitos”. O juiz Alexandre Franco sinaliza um efeito prático da medida na Justiça Federal. “Um processo resolvido via conciliação é um recurso a menos, é uma parte satisfeita, é um direito que foi atendido. Com menos recursos você ganha tempo para julgar outras ações”.

A transparência na atuação dos magistrados de todo o país também virou meta para o ano que vem: a meta 3. Em 2012, os tribunais deverão disponibilizar, para consulta pública na internet, o andamento atualizado e as decisões judiciais de todos os processos, salvo os que correm em segredo de justiça.

Até o fim de julho de 2011, o TRF da 1.ª Região cumpriu 100% de:

- 7 das 10 metas de 2009
- 6 das 10 metas de 2010
- 4 das 5 metas de 2011

Fonte: Cenag/TRF

Acesse o Relatório de Metas, de 2009 a 2011, no site:

www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metad

JUIZ DE COOPERAÇÃO

Completam o quadro geral para 2012 as metas 4 e 5. A meta 4 ganhou destaque, ao ampliar para todo o Judiciário, um projeto implantado sem grandes pretensões no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Trata-se do Núcleo de Cooperação Judiciária e da figura do juiz de cooperação. O núcleo é um espaço institucional em que os juizes da mesma unidade podem trocar ideias com o objetivo de buscar soluções para problemas comuns e harmonizar procedimentos adotados no dia-a-dia. Já o juiz de coope-

METAS GERAIS

APROVADAS	META 2012	META 2013
Meta 1	Julgar quantidade maior de processos do conhecimento do que os distribuídos em 2012	Julgar quantidade maior de processos do conhecimento do que os distribuídos em 2013
Meta 2	Julgar, até 31/12/2012, pelo menos: 80% dos processos distribuídos em 2007 no STJ 70%, em 2009, na Justiça Militar da União 50%, em 2007, na Justiça Federal 50%, de 2007 a 2009, nos JEFs e nas TRs 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados 90%, em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2.º grau da Justiça Estadual	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos: 80% dos processos distribuídos em 2008 no STJ 70%, em 2010 na Justiça Militar da União 50%, em 2008, na Justiça Federal 50%, em 2010, nos JEFs e nas TRs 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral 90%, em 2011, na justiça militar dos estados 90%, em 2008, nas turmas recursais estaduais e no 2.º grau da Justiça Estadual
Meta 3	Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitado o segredo de justiça.	-----
Meta 4	Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.	-----
Meta 5	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento	-----

METAS ESPECÍFICAS

PROPOSTAS	META 2012	META 2013
Justiça Federal	Meta 10 – Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011).	Meta 5 - Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2012).
Justiça Federal	Meta 11 – Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais.	Meta 6 - Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.

ração é o responsável por uma atuação externa, ajudando magistrados de outras cidades a terem os ofícios e cartas precatórias atendidas de forma mais rápida.

A experiência foi trazida de países da Europa, onde é prática um juiz entrar em contato direto com outro para ajudar a cumprir atos judiciais. Segundo o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, José Eduardo Chaves Junior, que acompanhou o funcionamento do projeto em Minas Gerais, a iniciativa tem custo zero porque não depende da criação de cargos nem de instalações físicas. “A cooperação mostrou efeito prático fantástico e imediato para contornar embaraços burocráti-

cos e facilitar o andamento de processos que dependem de documentos ou informações de outros tribunais”, disse o magistrado em entrevista ao portal de notícias do CNJ.

Outro grande trunfo na escolha das novas metas do Judiciário é a previsão, antecipada, dos objetivos a serem alcançados em 2013. Com parte das metas já desenhada, os tribunais terão mais tempo para se programar. “Essa eu vejo que é a inovação mais positiva de todo o processo, porque dá fôlego para planejamento, estudo e verificação da melhor maneira de cumprir”, destaca o servidor Ferretti. Com a tabela de metas já projetada, será possível incluir

Desde a implantação das metas, em 2009, cerca de **3,3 milhões** de processos de meta 2

foram julgados em todo o país. O número corresponde a quase **75% do acervo total**, de 4,5 milhões de ações.

os recursos necessários no orçamento de 2013: um ganho considerável na comparação com anos anteriores, avalia o juiz Alexandre Franco. “Teve ano em que, no mês de março, se definiu as metas para se cumprir naquele próprio ano, e isso não permitiu aos tribunais se prepararem”. O conjunto final das metas para 2013 será aprovado em março de 2012, no 6.º Encontro Nacional do Judiciário.

NOVO MÉTODO

Essa foi a primeira vez que as metas foram decididas a partir de discussões levantadas nos próprios tribunais. Diferentemente dos métodos adotados desde 2009, o CNJ propôs a segmentação das propostas, de acordo com a realidade de cada órgão da Justiça. Dessa forma, foi editada, em maio, a Portaria n.º 44 do CNJ, que criou a Comissão Nacional de Metas e as subcomissões, formadas por membros de tribunais representativos dos cinco segmentos do Judiciário.

Nos últimos meses, as propostas elaboradas pelas subcomissões passaram por diversas avaliações e ajustes e foram aprovadas no dia 19 de outubro, durante o Encontro de Gestores de Metas, promovido pelo CNJ, em Brasília. Foi o último passo antes da decisão final, tomada este mês no encontro de Porto Alegre. “Destaca-se, principalmente, esse amadurecimento institucional do Poder Judiciário em se debater as metas que são metas viáveis, por segmento, e tornar essas

metas alcançáveis”, pontua Alexandre Franco.

Na outra ponta de todo o processo de escolha das metas estão pessoas comuns, que buscam na Justiça a solução de seus problemas. Segundo o juiz Antonio Carlos Braga, essa parcela da sociedade é a razão de ser do programa. “Para o cidadão pouco importa se um tribunal está melhor que o outro, o que interessa é a prestação de serviço”, diz. O magistrado conta que, a partir do programa de metas, jurisdicionados começaram a tomar conhecimento dos objetivos a serem alcançados pelo Judiciário, e a cobrar. “Há casos de cidadãos que fiscalizam se seus processos foram ou não incluídos na meta porque, para eles, a inclusão significa solução”, exemplifica.

A expectativa para os próximos anos é que o CNJ afine, ainda mais, os procedimentos de definição das metas do Judiciário. “Nós estamos em um processo de amadurecimento”, afirma Alexandre Franco. O método de escolha adotado este ano, com objetivos concebidos a partir dos próprios tribunais, pode ser visto como uma tendência. Mas, segundo o condutor do programa de metas, Antonio Carlos Braga, o modelo ainda está em desenvolvimento. “A gente acredita que devam acontecer transformações no método de acompanhamento das metas e de apuração dos resultados. O programa ainda sofrerá uma série de alterações porque há muito para a gente aperfeiçoar”, finaliza. ■

Antecipação da remuneração de férias

Antecipação da remuneração de férias é o valor pago ao servidor no mês anterior ao início de seu período de férias e que corresponde à remuneração líquida menos os auxílios. Dúvidas? Você tira aqui.

1- Quando a antecipação deve ser solicitada?

Deve ser solicitada no momento em que o servidor marca o período de férias.

2- O pagamento da antecipação de férias é automático?

Não. É opcional. De acordo com a Resolução 014/2008-CJF, precisamente em seu art.12, o servidor tem direito a optar ou não pelo recebimento do adiantamento da remuneração de férias.

3. Como fica o pagamento do servidor no mês em que receber a antecipação de férias?

O servidor receberá a remuneração normal do mês acrescida da antecipação da remuneração de férias, do adiantamento de 50% da gratificação natalina e de 1/3 de adicional de férias. É necessário enfatizar que o adiantamento de 50% da gratificação natalina só pode ser requerido pelos servidores que marcarem o período de férias para o mês de janeiro.

4- Como é feita a devolução do valor da antecipação da remuneração de férias?

O valor antecipado a título de remuneração de férias será devolvido de uma só vez no mês em que o servidor iniciar o gozo de suas férias.

5- Caso o servidor opte por dividir o período de férias, o pagamento da antecipação também poderá ser parcelado?

Não. Apesar de o servidor poder gozar suas férias em até três períodos, respeitando-se o mínimo de 10 dias para cada um deles, receberá o adiantamento da remuneração de férias de uma só vez, no pagamento do mês anterior ao primeiro período de gozo das férias, conforme o parágrafo único do art. 13 da Resolução 014/2008-CJF.

9. Pode a antecipação de férias não ser concedida?

Sim. Mas somente no caso em que a solicitação ocorrer intempestivamente, não respeitando o período legal de marcação determinado pela Resolução 014/2008-CJF.

10. Que dicas a Divisão de Pagamento pode dar ao servidor sobre a antecipação de férias?

A Dipag sempre informa ao servidor que não há prejuízo algum quanto ao adiantamento da antecipação da remuneração de férias. No entanto, alerta que é preciso tomar bastante cuidado em relação ao pagamento do mês de gozo das férias, pois o valor antecipado será devolvido integralmente nessa folha e o servidor receberá somente o valor do auxílio-alimentação, que não entra no cálculo do adiantamento.



INSTITUÍDA A COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS DA 1.ª REGIÃO

O presidente do Tribunal, Olindo Menezes, instituiu, por meio da portaria Presi/Cenag n.º 447, de 3 de novembro de 2011, a Comissão Permanente de Segurança dos Magistrados da 1.ª Região, com o objetivo de elaborar plano de proteção e assistência aos magistrados em situação de risco, além de conhecer e decidir pedidos de proteção especial formulados por magistrados. A comissão é presidida pelo desembargador federal Kássio Marques e composta, ainda, pelos juízes federais Marcus Vinícius Reis Bastos, Raphael Cazelli de Almeida Carvalho, Lincoln Rodrigues de Faria e pelo diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais do Tribunal, Cláudio Chagas Barreira. A norma considera a Resolução 104, alterada pela Resolução 124 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre medidas administrativas para a segurança e a criação do Fundo Nacional de Segurança.

TRIBUNAL RECEBE PRÊMIO NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



O TRF da 1.ª Região foi homenageado no prêmio "Os Destaques do Ano" da empresa NetApp, na categoria "Solução de Arquitetura Unificada". O evento, realizado em São Paulo no dia 24 de novembro, premiou os melhores projetos em diversas categorias que utilizaram a tecnologia de forma eficiente e criativa em 2011. A Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) foi homenageada juntamente com a Petrobras, Globo.com, Receita Federal, IG e Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). De acordo com o diretor da Secin, Marcio Cruz de Souza, "a premiação é fruto da capacidade criativa e técnica dos profissionais da Secin."

SIGCUSTOS CHEGA À SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

A comissão encarregada dos estudos de implantação do Sigcustos lançou o projeto na Seção Judiciária do Estado do Acre nos dias 17 e 18 de novembro. A unidade foi escolhida como representante das seccionais de padrão 2.

A equipe foi recebida, inicialmente, pelo diretor do foro da SJAC, juiz federal Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, e pelo diretor da Secretaria de Administração (Secad) da seccional, Josué Alves de Albuquerque.

O evento de capacitação foi conduzido pela mestranda e consultora do IPEAD/UFGM, Márcia Alemão, com a participação dos integrantes da comissão e de representantes (gestores) das áreas judiciais e administrativas.

"A Seccional do Acre está muito honrada em receber a Comissão Sigcustos e em poder atuar ativamente no processo de criação e desenvolvimento dessa importante ferramenta gerencial. Depois de finalizado e em utilização, o sistema contribuirá sobremaneira para a melhoria da qualidade da execução orçamentária e para imprimir novos conceitos de administração, especialmente, com o envolvimento da área judicial. Isso, sem dúvida, possibilitará um grande salto na qualidade da prestação jurisdicional oferecida à sociedade", afirmou o diretor da Secad, Josué Albuquerque.

PRESIDENTE DO TRIBUNAL PROFERE PALESTRA EM CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB



O presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, participou no dia 23 de novembro, do painel "Direito de Propriedade", realizado durante a XXI Conferência Nacional dos Advogados, que ocorreu até o dia 24, em Curitiba. A relação da propriedade como ativo de dignidade humana foi o tema das palestras do painel, que teve ainda a participação do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Francisco Rezek, do presidente da OAB/MS, Leonardo Avelino Duarte, e do advogado e especialista em direito autoral, Eduardo Lycurgo Leite.

PRIMEIRO PROCESSO ADMINISTRATIVO PELO E-ADMIN É ABERTO NA SECCIONAL DA BAHIA

Às 16h45 do dia 7 de novembro, foi cadastrado o primeiro processo administrativo pelo Sistema de Gestão Administrativa Integrada (e-Admin). O feito ocorreu na Seção Judiciária da Bahia (SJBA). Trata-se de um processo (foto) emitido pela Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Seder) sobre capacitação de agentes de segurança. O e-Admin entrou em operação com dois dos 14 módulos previstos. A implantação começou pelos subsistemas de Gerenciamento e Controle de Documentos e Processos Administrativos (e-Sisad) e de Atendimento a Solicitações de TI (e-Sosti). O primeiro processo da seccional da Bahia foi aberto no e-Sisad, que também permite aos usuários solicitar serviços relacionados à área de informática – trâmite feito atualmente pelo Siate. O sistema Sirec permanecerá em uso pelos próximos 60 dias, de forma paralela ao sistema digital do e-Sisad, até que todas as funcionalidades sejam testadas e aprovadas pelas unidades da Primeira Região. Com a implantação do e-Admin, o Tribunal consolidará o cumprimento da Meta 9 da Justiça para 2011, estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de implantar processo administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro deste ano.

INSTITUÍDA COMISSÃO DE DESEMBARGADORES PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA DA NOVA SEDE

Foi publicada no Boletim de Serviço n.º 221, de 30 de novembro, a portaria Presi/Cenag n.º 480, que institui comissão de desembargadores federais para acompanhamento da execução da obra do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. A comissão será presidida pelo corregedor-regional da Justiça Federal da 1.ª Região, Cândido Ribeiro, sendo composta, ainda, pelos desembargadores federais Amílcar Machado – vice-presidente do Tribunal – e Selene Almeida. Os magistrados terão como atribuições, entre outras, a de acompanhar e avaliar os trabalhos em execução, relativos à terceira etapa contratada, zelando por sua regularidade, bem como a de sugerir medidas que visem à regularização dos serviços prestados e ao seu aperfeiçoamento.



Negado registro de medicamento que não teve ação comprovada

A 5.ª TURMA DO TRF/ 1.ª REGIÃO REITERA DECISÃO DA ANVISA QUE IMPEDE O REGISTRO DE REMÉDIO CUJO NOME SUGERE EFEITOS NÃO COMPROVADOS

▼ MARTHA HORMANN

A memória é nossa capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informação. Mas pode ficar prejudicada por diversos fatores, inclusive pela idade.

Quem nunca teve o desconforto de sentir a memória falhar? Por que isso acontece? Como reverter um processo de enfraquecimento da memória?

Segundo a psiquiatra Hiltanice Bezerra, do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), em Brasília, várias podem ser as causas do problema – um episódio de depressão ou de ansiedade, por exemplo, pode diminuir a capacidade de atenção e de concentração e, conseqüentemente, a memorização.

A médica conta que “a memória é consolidada na fase REM do sono, portanto a insônia é outra causa de seu enfraquecimento, já que a pessoa não consegue aprofundar o sono. Também não faz sentido ‘virar noites’ estudando, como muitos fazem – a consolidação da memória simplesmente não acontece na ausência de sono”.

Hiltanice Bezerra destaca ainda o estresse

e a pressão como causas desse desconforto e o fato de a alopátia ainda não conhecer nenhum medicamento que atue especificamente na recuperação da memória. Assim, a única saída, segundo ela, é tratar a causa do problema.

O homeopata Hélio Bergo, chefe do Núcleo de Cuidados Paleativos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, explica que, do ponto de vista da homeopatia, o ser deve ser visto como um todo. Assim, não há remédio específico para a memória, mas para trazer o organismo de volta ao equilíbrio, devolvendo-lhe as faculdades eventualmente debilitadas. Hélio esclarece que “é preciso verificar cada situação e descobrir que perda é essa que está acontecendo. Quanto de qualidade de vida a pessoa está perdendo?”. O médico afirma que alguém que, por exemplo, esteja sob forte ansiedade na hora de uma prova pode ter a memória bloqueada, ainda que tenha estudado muito e domine o assunto. “Essa pessoa pode ingerir um medicamento homeopático, e a memória volta como num passe de mágica”, completa.

No campo da fitoterapia, laboratórios farmacêuticos têm trabalhado para produzir medicamentos que ajudem as pessoas a recuperar a capacidade de memorização. Entretanto, para colocar esses produtos no mercado, precisam registrá-los na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, periodicamente, renovar o registro.

Mas a DM Indústria Farmacêutica Ltda., que produz o medicamento Memorex, composto exclusivamente por ginkgo biloba, encontrou obstáculos ao tentar renovar o registro do produto. Segundo a Anvisa, o pedido do laboratório foi negado por causa do nome escolhido para o remédio, que leva o consumidor a depreender que ele atua na melhora da memória. Segundo o órgão, a principal

OS EFEITOS DO GINGKO NO CÉREBRO

Pesquisadores não podem afirmar se o ginkgo biloba aumenta as funções cognitivas, mas descobriram que o extrato influencia o cérebro de várias maneiras.

atuação do ginkgo biloba é na circulação sanguínea, o que não causa, necessariamente, o efeito sugerido pelo nome do medicamento.

Assim, sendo fitoterápico o produto e, portanto, disponível para livre aquisição pelo consumidor, a Anvisa determinou à DM que comprovasse o efeito do ginkgo biloba ou escolhesse outro nome comercial para o produto. A Agência argumentou ainda que, mesmo tendo sido concedido o registro do mesmo medicamento em 2001, em nova análise, o poder público pode perfeitamente rever o próprio ato.

Sem êxito nas tentativas de resolver o problema administrativamente, o laboratório ingressou na Justiça Federal.

A juíza federal da Seção Judiciária do Distrito Federal negou o pedido. Para ela, "... se a lei confere à Anvisa a finalidade pública de preservar, fiscalizar e promover, dentro do seu âmbito de atuação, a saúde da população, o seu poder amplo de regulamentar questões técnicas, que se encontram, por isso mesmo, fora do âmbito específico de averiguação do Congresso Nacional, tem sido mais comumente aceito pela doutrina (...)"

Inconformado, o Laboratório apelou da decisão no Tribunal Regional da 1.ª Região, e o recurso foi relatado pelo juiz federal convocado Evaldo de Oliveira Fernandes Filho, da 5.ª Turma.

O órgão julgador considerou que o nome escolhido, de fato, alude à melhoria da memória. Entretanto, que não ficou comprovado, no processo, como determina o artigo

CIRCULATÓRIA

- Estimula a dilatação dos vasos sanguíneos, o que resulta em maior fluxo de sangue no cérebro, diminuindo a pressão arterial (talvez reduzindo o risco de derrame).
- Reduz os níveis de colesterol no sangue (o excesso de colesterol está relacionado a maior risco de adquirir a doença de Alzheimer).
- Inibe a agregação plaquetária e a formação de coágulos. Isso pode diminuir o risco de um derrame oclusivo (causado por um coágulo que esteja bloqueando um vaso cerebral), mas aumenta a chance de derrame hemorrágico (causado por sangramento no cérebro).

ANTIOXIDANTE

- Restringe a criação de radicais livres, moléculas de oxigênio altamente reativas, que podem prejudicar os neurônios e causar mudanças no cérebro relacionadas à idade.
- Alivia os efeitos de isquemia cerebral - a perda do fluxo sanguíneo ao cérebro - pela inibição da produção de radicais livres tóxicos após um episódio isquêmico.

UTILIZAÇÃO DA GLICOSE

- Melhora a absorção de glicose, combustível básico do corpo, nos córtex frontal e parietal, áreas do cérebro importantes para o processamento de informação sensorial e pelo planejamento de ações complexas.
- Também aumenta a absorção de glicose no *nucleus accumbens* e no cerebelo, regiões do cérebro envolvidas nas experiências de prazer e controle do movimento, respectivamente.

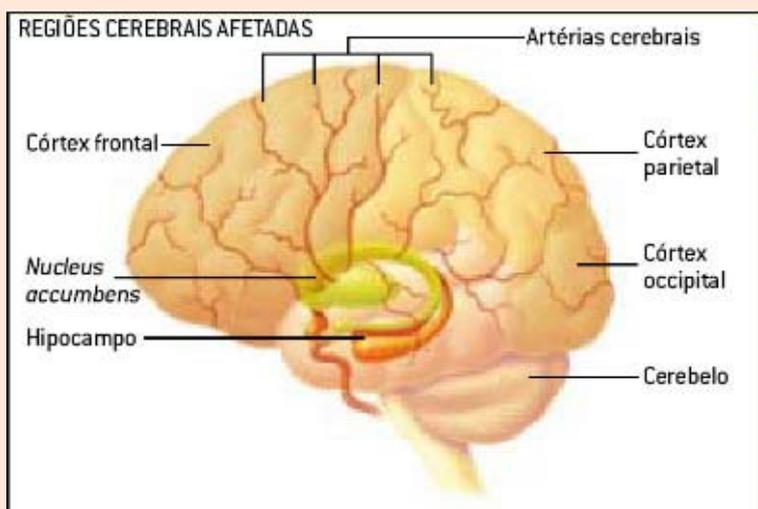
SISTEMAS NEUROTRANSMISSORES

• Parece auxiliar os neurônios do cérebro anterior a absorver o nutriente colina do sangue. A colina é um dos componentes da acetilcolina, uma substância química cerebral que transmite sinais entre certos neurônios.

• Aumenta a liberação do ácido gama-aminobutírico (GABA), outro neurotransmissor que pode aliviar a ansiedade. Diminuir o estresse pode reduzir o nível de hormônios glucocorticoides no sangue, o que, por sua vez, pode proteger o hipocampo, uma estrutura cerebral crítica para o aprendizado normal.

• Diminui o desgaste dos receptores dos neurônios que direcionam a resposta da serotonina, um neurotransmissor que reduz o estresse e a ansiedade.

• Eleva a produção de noraepinefrina, outro neurotransmissor. O aumento da ativação do sistema noraepinefrina por certos antidepressivos tem demonstrado reduzir os sintomas de depressão.



Estágios do sono

O sono divide-se nos seguintes estágios:

Estágio 1: é o estágio inicial, apresenta curta duração e caracteriza-se por uma atenuação da atividade elétrica cerebral, com ondas de menor frequência que no estado de vigília e presença de movimentos oculares lentos.

Estágio 2: é o estágio que tem maior duração e caracteriza-se por alguns grafoelementos, como os fusos do sono e os complexos K.

Estágios 3 e 4: são caracterizados pelo predomínio de ondas lentas.

Sono REM ("Rapid Eyes Movement"): trata-se de um estágio que ocorre predominantemente na segunda metade da noite. É geralmente no sono REM que ocorrem os sonhos e processos importantes de consolidação de memória. É chamado "REM" porque ocorrem períodos de movimentos rápidos dos olhos. Outro fenômeno que ocorre no sono REM é a hipotonia muscular. Nos pacientes que têm apneia do sono, é no sono REM que as apneias predominam.

5.º da Lei 6.360/76, que esse seja o efeito do ginkgo biloba, substância que compõe a medicação. Além disso, que a Anvisa, "no exercício de suas atribuições institucionais, exerce o poder de polícia que lhe concede o ordenamento jurídico, estando, portanto, simplesmente cumprindo o que a lei determina".

Por fim, o relator destacou que, "em se tratando de matéria atinente à saúde pública, não de prevalecer os princípios da precaução e da supremacia do interesse público, conforme tem entendido esta Corte, em casos similares".

Assim sendo, a Turma negou o pedido contido na apelação da DM Indústria Farmacêutica Ltda. ■

6 dicas para uma BOA NOITE de sono

1ª - Durma uma quantidade de horas que seja suficiente para você acordar pela manhã descansado e manter-se assim durante todo o dia, não tente dormir o mesmo que outra pessoa, pois cada indivíduo necessita de uma quantidade de sono diferente;

2ª - Mantenha o mesmo horário para dormir e para acordar todos os dias. O hábito é muito importante na consolidação do sono;

3ª - Faça refeições leves à noite. A partir dos 16 anos, a capacidade digestiva de nosso organismo começa a diminuir, e uma digestão difícil atrapalha terrivelmente o sono;

4ª - Evite o uso de bebidas alcoólicas para induzir o sono, pois essas diminuem a sua qualidade e, além do risco de dependência e abuso, o álcool induz a uma insônia na segunda metade da noite. Além disso, se a pessoa sofre com roncocal ou paradas da respiração durante o sono (apneia do sono), estes podem ser agravados;

5ª - Evite fumar, pois o cigarro é estimulante e prejudica o sono;

6ª - Mantenha um padrão regular de atividades físicas, pois elas ajudam a aprofundar o sono. Entretanto, evite fazer os exercícios perto da hora de dormir; o ideal é praticá-los até seis horas antes de se deitar.

Fontes:
<http://www.otorrinospoa.com.br>
<http://www2.uol.com.br/sciam>
 Imagens: internet



Emprego do infinitivo

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

Tanto “atuarem” quanto “atuar” são formas do verbo no infinitivo, só que, no primeiro período, ele está pessoalizado (terceira pessoa do plural) e, no segundo, em sua forma impessoal.

A língua portuguesa é uma das poucas a aceitar a pessoalização do infinitivo, que deveria ser uma forma apenas nominal. Trata-se, aliás, de uma das questões mais polêmicas e controvertidas de nossa língua. É impossível formular normas inflexíveis que determinem em que situações se deve usar o infinitivo pessoal e em quais se usa o impessoal. Existem, todavia, algumas normas, ainda que não taxativas.

Regra básica:

Flexiona-se o infinitivo quando o seu sujeito e o do verbo principal são diferentes. Exemplos: Nós todos acreditamos serem eles muito bons. / Peço-lhes (eu) o favor de não chegarem (vocês) atrasados. Se o sujeito for o mesmo, o infinitivo não será flexionado. Exemplos: Nós temos o prazer de informar (e nunca informarmos) a chegada de sua encomenda. / Declararam (eles) estar (eles) prontos.

Regra complementar:

Havendo dúvidas na aplicação da regra básica, utiliza-se esta outra (no fundamental, as duas coincidem): o infinitivo é flexionado quando pode ser substituído por um tempo finito (indicativo ou subjuntivo, em geral). Exemplos: É preciso saírem logo (saírem = que saiam). / O coronel intimou-os a se renderem (a que se rendessem) / É tempo de partires (de que partas). / Não compete a vocês queixarem-se de nós (que se queixem). / Convém chegarmos ao fundo da questão (que cheguemos).

Exceção: com os verbos deixar, fazer, mandar (verbos causativos), ver, ouvir e sentir (verbos sensitivos), seguidos de infinitivo, este deve ficar no singular, de preferência, mesmo que haja mais de um sujeito na frase, ou, obrigatoriamente, se o infinitivo tiver como sujeito um pronome oblíquo. Exemplos: Deixai vir a mim as criancinhas. / Mandei-os começar o serviço. / Senti-os exalar o último suspiro. / Faça-as sair depressa.

Portanto, não se flexiona o infinitivo:

a) quando verbo principal ou segundo auxiliar de uma locução verbal. Exemplos: As peças estavam estragadas, devendo ser (e nunca serem) substituídas. / Nós queríamos dizer (e nunca dizermos). / Os filhos costumavam reunir-se (e nunca reunirem-se);

b) com preposição que funcione como parte de complemento de substantivo, adjetivo ou do próprio verbo principal. Exemplos: O pai convenceu os filhos a voltar (e nunca a voltarem) cedo. / Continuamos dispostos a comprar (e nunca a comprarmos) a casa. / As emissoras conquistaram o direito de transmitir (e nunca de transmitirem) todos os jogos de vôlei.

Quanto ao infinitivo ligado a um verbo pela preposição “para”, é bom lembrar o que o conceituado gramático Napoleão Mendes de Almeida nos ensina:

Devemos limitar a flexão do infinitivo aos casos de real necessidade de identificação do seu sujeito. Não verificada essa necessidade, deixemos intacto o infinitivo: [exemplos] “O ministro exorta os bancos a correr riscos compatíveis com a sua envergadura.” – “Esforçam-se por fazer o máximo.” – “Convidamo-los a assistir ao casamento.” – “Preparados para enfrentar a situação.” – “Faça-os ficar quietos.”

Menos erra quem não flexiona um infinitivo do que quem na dúvida se arremete a fazê-lo.

Assim, e observando a lição de Napoleão Mendes de Almeida, indica-se como mais adequada a forma não flexionada: “Nomeio os advogados João e Maria para atuar como defensores das acusadas fulana e beltrana de tal.”

Entretanto, quando a preposição vier antes do verbo principal do período, é preferível usar a forma flexionada. Exemplo: Para nos mantermos em forma, fazemos ginástica diariamente. ■

Texto do periódico “O Quê do Mês”, adaptado.



Corregedor-geral, João Otávio de Noronha, durante o encerramento dos trabalhos da inspeção

TRF recebe inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal

PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS É A META

CHICO CAMARGO E VERA CARPES

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, presidiu, no dia 16 de novembro, a solenidade de abertura dos trabalhos de inspeção, no Tribunal, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, órgão do Conselho da Justiça Federal (CJF).

O corregedor-geral da Justiça Federal, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha, explicou aos magistrados e servidores do TRF que o objetivo da correição que iniciou pela 1.ª Região e se estenderá para outros tribunais regionais, é o de padronizar procedimentos para melhorar o desempenho da Justiça Federal.

A correição visa colher dados para que se possam aprimorar as rotinas do Tribunal: “onde houver irregularidades iremos corrigi-las e colher as experiências positivas para levá-las a outros tribunais”, explicou o corregedor-geral. Para ele, esse trabalho tem um fim eminentemente didático: “Vamos trabalhar para o aprimoramento e para a correção de falhas”.

O ministro afirmou que o jurisdicionado almeja a solução do problema e que ninguém mais quer esperar 10 anos por uma decisão judicial, principalmente na área previdenciária: “o gargalo da Justiça Federal é a questão previdenciária, que envolve demandantes já idosos e revisão de aposentadorias. Esse é o principal problema a ser enfrentado hoje e que já estamos enfrentando nos juizados especiais federais e também aqui neste tribunal”.

O presidente Olindo Menezes afirmou que apesar de o Tribunal ser muito grande, com jurisdição sobre 13 estados e o Distrito Federal, “ele é muito bem administrado. Em cada estado temos um diretor de foro que administra a Justiça Federal ali”. Mas reconhece a existência de dificuldades: “temos carências como os outros tribunais, mas aos poucos vamos dando novos passos para vencer essas carências”.

Para Olindo Menezes, a inspeção faz parte de uma rotina: “o Conselho da Justiça Federal tem competência correcional e a cada período de tempo inspeciona os tribunais. Nós propi-



Magistrados, dirigentes e servidores acompanham a divulgação dos resultados da inspeção

ciamos todos os dados necessários, tudo o que eles precisam para fazer uma espécie de balanço do Tribunal”.

O presidente do TRF relatou ao ministro Noronha o trabalho que vem sendo desenvolvido neste ano por desembargadores, servidores e 14 juízes convocados no Mutirão Judiciário em Dia: “Separamos 50 mil processos pelo critério de antiguidade e, destes, 30 mil já foram julgados pelo mutirão. Isso é muito importante porque esses processos saíram dos gabinetes, uma média de cinco mil processos por gabinete.”

O corregedor-regional da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, destacou o que muda num tribunal a partir da realização de uma correição: “O que muda com as correições é que você radiografa a situação naquele momento, levanta os problemas, as deficiências e também o lado do bom funcionamento para transferir a experiência para outros tribunais ou colher de outros tribunais experiências que nos ajudem a corrigir nossas deficiências”.

A correição estendeu-se até o dia 25 de novembro, conforme a Portaria n.º 11 de 5 de outubro de 2011, assinada pelo ministro-corregedor, e abrangeu secretarias, gabinetes, seções, setores e departamentos. Contudo, durante a inspeção as atividades jurisdicionais e administrativas prosseguiram normalmente.

O corregedor-geral da Justiça Federal disse, ainda, que trabalha na proposta de ampliação dos tribunais: “Há um projeto aprovado no Conselho da Justiça Federal e encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça. Depois, segue para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Congresso Nacional propondo a ampliação dos tribunais. O Tribunal passa para 52 desembargadores. Com a atual composição (27 desembargadores federais) é impossível enfrentar a gama de recursos que chegam aqui”, justificou.

Após uma semana e meia de trabalhos, a inspeção realizada pela corregedoria geral da Justiça Federal no TRF/ 1.ª Região foi finalizada. Os dados colhidos serão agora analisados e criticados detalhadamente pela equipe da corregedoria, segundo informou o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha, durante a solenidade de encerramento ocorrida no dia 25 de novembro, conduzida pelo presidente do TRF, Olindo Menezes, ao lado do vice-presidente, Amílcar Machado, e do corregedor-regional, Cândido Ribeiro.

João Otávio de Noronha falou de suas impressões iniciais ao final dessa parte dos trabalhos de auditoria. Ele adiantou que pretende pegar os pontos positivos da Primeira Região e colocar em discussão no Conselho da Justiça Federal com os demais presidentes para que possam adotá-los em outros tribunais no que for possível. “Quero destacar os métodos de funcionamento da presidência, da vice-presidência, da corregedoria e da coordenação dos Juizados Especiais Federais e, também, ressaltar a excelência de alguns gabinetes, o que demonstra sinais de uma boa gestão na área do processo judicial”.

Quanto aos pontos negativos levantados, eles serão discutidos com os membros do Tribunal: “Primeiro, vou me reunir com a direção do Tribunal e, depois, convocarei uma reunião em que farei questão da presença de todos os desembargadores, quando vou mostrar o que nós levantamos; feito isso, vamos formar uma equipe composta pelos próprios desembargadores do tribunal e vamos mapear as soluções”, explicou. Na avaliação do presidente Olindo Menezes, muitos dos problemas encontrados durante a inspeção do CJF já eram conhecidos. “Na solenidade de abertura, eu disse ao corregedor que temos problemas de toda ordem. Temos problemas de pessoal, financeiros, de TI”. E ele detectou isso, que é a nossa realidade”.

Mutirão julga metade do acervo de processos antigos do Tribunal



FOTOS: MARCIA FÓZIER

Ao lado, mesa de trabalhos da reunião
Abaixo, presidente Olindo Menezes e juiz federal Saulo Casali



APÓS LIQUIDAR 25 MIL AÇÕES, "JUDICIÁRIO EM DIA" SERÁ PRORROGADO. META É JULGAR TODOS OS PROCESSOS PROTOCOLIZADOS ATÉ 2006

RICARDO CASSIANO

Após nove meses de trabalho, o Mutirão Judiciário em Dia superou a marca de 25 mil processos julgados. O número foi apresentado na quinta reunião dos magistrados envolvidos no projeto, realizada no dia 22 de novembro na sala de sessões n.º 3 do Tribunal. O presidente Olindo Menezes, o coordenador dos trabalhos no âmbito da 1.ª Região, juiz federal Saulo Casali, e os 14 juízes federais que integram as sete turmas suplementares avaliaram os resultados e discutiram a prorrogação do mutirão, cujo encerramento está previsto para o fim de dezembro.

Em parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF) e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal deu início ao "Judiciário em Dia" no dia 7 de fevereiro, para julgar, em um semestre, todos os processos ingressos no Tribunal até o fim de 2006. Os juízes assumiram o desafio de liquidar 51 mil ações e cumprir 100% da Meta 2 do Judiciário – estipulada em 2010 pelo CNJ – que prevê o julgamento de todos esses processos mais antigos. Mas logo se constatou que a "missão" seria impossível, mesmo com o empenho coletivo dos magistrados e dos servidores.

Em agosto, a pedido da Presidência do Tribunal, o CNJ avalizou a permanência do mutirão até o fim de dezembro. Na ocasião, a meta de julgamentos foi revista, e passou a ser de 30 mil processos. Agora, o presidente Olindo Menezes formalizará o pedido de uma nova prorrogação. “Como o resultado é muito positivo, a ideia é que prorroguemos o mutirão por um tempo necessário a zerar esses 50 mil processos programados”, afirmou. Segundo o presidente, já houve manifestação favorável por parte do corregedor-geral da Justiça Federal, João Otávio Noronha.

O juiz em auxílio à Corregedoria Nacional de Justiça, Erivaldo Ribeiro dos Santos, também declarou apoio à iniciativa. Ele disse, durante a reunião, que a corregedora Eliana Calmon aprovou “prontamente” a continuidade dos trabalhos. “Da parte da Corregedoria nós expediremos o ato [da parceria] sem problema”, garantiu o representante do CNJ.

A expectativa do coordenador do mutirão é de encerrar o ano com 29 mil processos julgados, considerando a média de julgamentos do último trimestre: cerca de 3 mil ações mensais. Caso a prorrogação se confirme, Saulo Casali pro-

jeta que, até março de 2012, as turmas julguem todos os feitos de natureza previdenciária. O próximo passo será definir, junto com os magistrados das sete turmas suplementares, como será feita a redistribuição dos demais processos, tanto os administrativos quanto os relacionados à habitação, tributos e ao Sistema Financeiro Nacional. “Vamos fazer a redistribuição a partir de janeiro, para que todos os juízes possam ter a mesma ‘carga’ e possam concluir ao mesmo tempo”, anunciou Casali. Em meados de 2012, o julgamento de todos os processos da Meta 2 deve estar concluído.

O esforço concentrado do “Judiciário em Dia” representa o fim de longos entraves judiciais, milhares deles iniciados há mais de uma década. O coordenador do mutirão avalia que todos os envolvidos no Tribunal, entre desembargadores, servidores e estagiários, ganham com o fim do acervo de ações antigas e complexas, mas os cidadãos comuns são os mais favorecidos. “Isso representa um benefício direto ao jurisdicionado”. O presidente Olindo Menezes ratifica: “de uma forma ou de outra nós estamos dando uma resposta. [...] Para o jurisdicionado significa muito, eu diria que é de uma dimensão incomensurável”, declarou. ■



Juiz federal Saulo Casali apresenta os resultados do mutirão no Tribunal



Instalada vara da Justiça Federal em Barra do Garças /MT

MAIS DE 290 MIL
HABITANTES SERÃO
BENEFICIADOS

▼ VERA CARPES

No dia 4 de novembro, foi inaugurada a Subseção Judiciária de Barra do Garças, em Mato Grosso. A população deste e de mais 30 municípios da região será beneficiada com a nova vara, que tem competência geral, inclusive para examinar processos cíveis e criminais dos Juizados Especiais Federais. A subseção é a quinta da Justiça Federal de Mato Grosso, além das de Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Diamantino, conforme lembrou o diretor do foro da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso, juiz federal José Pires da Cunha, ao fazer um relato da história da Justiça Federal do estado na abertura do evento.

O presidente do TRF da 1.ª Região, Olindo Menezes, que presidiu a solenidade de inauguração da vara, afirmou que a data de 4 de novembro passa a fazer parte da história da cidade de Barra do Garças, com um signi-

ficado muito além da formalidade festiva: "Representa o dia em que a Justiça Federal dá mais um passo na sua aproximação com os jurisdicionados".

De forma didática, Olindo Menezes explicou para autoridades e público presente o funcionamento e a importância da Justiça Federal, e destacou: "Na competência da Vara se destaca o juizado cível, que constituirá na região, possivelmente, a face de maior ressonância social na atuação da Justiça Federal, visto que alcança uma camada de jurisdicionados que tradicionalmente não tem maior acesso a um juiz federal pela situação pouco favorecida em nível socioeconômico e de informações." E lembrou: "É o acesso à justiça que se concretiza, a fim que tenha efetividade o preceito constitucional de que 'a lei não excluirá do Poder



Acima, autoridades e magistrados com os novos servidores empossados
Ao lado, minutos após descerramento da placa inaugural



Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Durante a solenidade foram empossados 11 novos servidores que, juntamente com o diretor da subseção, Fernando Cleber de Araújo Gomes, deverão prestar um serviço de excelência a uma população de mais de 298 mil habitantes de toda a região. Aos novos servidores o presidente Olindo deu um conselho: “Não baixem a guarda no cumprimento dessa missão; essa nova vara será, em imagem pública e em funcionamento, exatamente o que vocês forem. Cuidem dela muito bem, da mesma forma como fazem com as próprias coisas”. Como incentivo, citou palavras do Livro da Sabedoria: “Amái a Justiça, vós que julgais a terra.”

“Estamos cientes do alto significado de integrar o quadro do Poder Judiciário, que, na esteira do movi-

mento de interiorização da justiça federal brasileira, tem a missão de chegar e prestar seus serviços com maior proximidade e em caráter permanente à população desta pujante região do estado de Mato Grosso”, afirmou o magistrado.

Prestigiaram o evento, ainda, o prefeito municipal de Barra do Garças, Wanderley Farias Santos, o presidente da Câmara Municipal, Júlio César Gomes dos Santos, o deputado federal Wellington Fagundes, o comandante regional da Polícia Militar, coronel Valdemir Benedito Barbosa, a promotora de justiça Luciana Rocha Abrão David, o presidente da OAB, subseção de Barra do Garças, Sandro Luiz Costa Saggin, os juízes federais da seccional de Mato Grosso, o juiz auxiliar da Presidência, José Alexandre Franco, e o assessor especial Euvaldo Pinho. ■



Coordenador dos Juizados, Tourinho Neto, presidente Olindo Menezes e coordenador geral de modernização da administração da justiça do Ministério da Justiça, Eduardo Machado Dias

Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas de Conciliação e Mediação

▼ VERA CARPES

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, conduziu na manhã do dia 21 de novembro, no auditório do Centro de Treinamento da Justiça Federal da 1.ª Região, os trabalhos de abertura do Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas de Conciliação e Mediação. A iniciativa é resultante do termo de cooperação firmado pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef) da 1.ª Região e pela Secretaria de Reforma do Judiciário, órgão do Ministério da Justiça.

O coordenador dos Juizados da 1.ª Região, desembargador federal Tourinho Neto, afirmou que juiz nunca

teve perfil para fazer audiências de conciliação e, quando fazia, os servidores do INSS eram muito recalcitrantes, e a norma era: conciliação, jamais. Na visão do magistrado, “só conseguimos a paz social através da conciliação”. Ele explica: “Quando há um julgamento, a decisão do juiz é imposta, e quem perde nunca fica satisfeito. Então, até chegar à sentença há um custo muito grande de desgaste das duas partes. Com a conciliação, como há um acordo, é mais fácil as pessoas saírem satisfeitas. Por isso, conciliar é trazer a paz social”.

“A ideia é trazer uma troca de experiência entre juízes



EVENTO É RESULTADO DE
TERMO DE COOPERAÇÃO
ENTRE A COJEF E O
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

e palestrantes”, diz Eduardo Machado Dias, representante do Ministério da Justiça. Segundo ele, dois mil magistrados já participaram do curso em todo o País.

Para o presidente Olindo Menezes, a ideia de acordo está presente no imaginário popular quando o homem do povo diz: “um acordo ruim é melhor que uma boa questão”. Ele destacou que em muitas situações, principalmente naquelas relacionadas aos juizados especiais, a lei já nasceu com a ideia de acordo, de conciliar, mas, em outros ramos do Judiciário, essa ideia não é muito presente ainda, porque o princípio que domina na esfera pública é de que o representante da autarquia não pode desistir da matéria

que está em discussão, o que é diferente de um litígio entre dois particulares, no qual cada um é senhor de seu direito. E explicou: “Quando represento uma autarquia aquele direito não me pertence, é um direito indisponível, portanto não é passível de acordo”. E completa: “Por isso, a cultura do acordo não é muito comum na Justiça”.

Apesar de apontar algumas dificuldades, o presidente mostra-se otimista ao dizer que “a ideia de acordo está sendo trabalhada com a promoção de encontros como este, para que a mentalidade dos juízes comece a incorporar esses novos conceitos”. E concluiu ao argumentar que “é uma ideia muito boa, diria revolucionária, porque, quando a questão termina por acordo, não há os traumas de uma decisão do juiz. Quando o juiz decide, um fica insatisfeito – quem perdeu. No acordo, não: cada um abre mão de uma parte de seu pedido para selar a paz”.

A proposta do encontro foi a de proporcionar uma troca de experiência entre juízes e palestrantes. Para Andre Gomma, juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a conciliação representa uma mudança na cultura do judiciário brasileiro: “Sem dúvida, é uma mudança de paradigma! E, como regra, nós tendemos a ver o conflito como algo negativo, e na verdade o conflito é natural, é inerente a qualquer relação entre seres vivos”. No entender do magistrado, a proposta é “criar objetivos para que as duas partes possam por esse facilitador chegar a um consenso em relação a quais regras podem ser aplicadas naquele caso concreto”. No evento, Marcelo Girade, coordenador do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, abordou os fundamentos de negociação aplicados à conciliação: “A gente trabalha as origens das técnicas e ferramentas da conciliação, basicamente quais são os pontos principais da negociação que são aproveitados no movimento ou no processo da conciliação”, explicou o palestrante. O encerramento aconteceu no dia 22 de novembro. ■

Desembargadores federais visitam a obra da nova sede do Tribunal

LEONARDO COSTA

No dia 25 de novembro, o presidente Olindo Menezes e os desembargadores federais Cândido Ribeiro, corregedor-regional da Justiça Federal da 1.ª Região, Mário César Ribeiro e Néviton Guedes visitaram a obra de construção da nova sede do TRF. Acompanhados do diretor-geral, Felipe dos Santos, e do diretor da Secretaria de Administração (Secad), Ruiteir Ramos, os magistrados foram recebidos pela equipe de engenheiros e pelo diretor da Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng), José Murilo Brito, que apresentou o projeto e fez uma explanação sobre o andamento dos trabalhos.

Na ocasião, o desembargador federal Néviton Guedes salientou a importância da nova sede para os jurisdicionados: "Um dos *déficits* de que o Tribunal se ressente é o de espaço, tanto para o setor administrativo quanto para os desembargadores. Isso traz consequências nefastas para o próprio jurisdicionado porque um dos problemas da lentidão da justiça é precisamente o de infraestrutura, desde a falta

de computadores até, em nosso caso, de um prédio que pudesse abrigar convenientemente os serviços do Tribunal; e esse prédio vai poder dar uma resposta nos próximos anos e nas próximas décadas pra esse grave problema que nosso Tribunal vivencia."

Com uma área total de 168.866 m², a construção da nova sede encontra-se na 3.ª etapa – relativa à complementação das fundações e dos elementos estruturais. O desembargador federal Mário César Ribeiro ficou impressionado com a grandeza da construção e destacou os benefícios para servidores e magistrados: "É uma obra de grande porte, trará mais conforto para os servidores, com amplo estacionamento. E o próprio prédio, com sua beleza arquitetônica, agrada a todos." Ele destacou o trabalho da atual gestão, "que vem dirigindo com muita competência a obra", e lembrou das dificuldades enfrentadas pelos ex-presidentes que deram início aos trabalhos. "Eles também foram muito importantes para que



FOTOS: MARCIA FOIZER



CRONOGRAMA PREVÊ INAUGURAÇÃO EM 2015

hoje tenhamos a obra no estágio que encontramos aqui". E anunciou: "de nossa parte, esperamos dar continuidade aos trabalhos e contribuir para que o desembargador Cândido Ribeiro possa inaugurar a nova sede".

O presidente Olindo Menezes mostrou-se satisfeito com a fase atual da obra. "Toda parte do subsolo está concluída, e agora estamos partindo para os blocos. O nosso Tribunal é cada dia mais vitorioso."

A previsão é que a quarta e última etapa da construção tenha início em 2013, quando serão executadas as partes de alvenaria, instalações prediais, equipamentos e acabamentos. De acordo com o cronograma, a nova sede deverá ser inaugurada em 2015.

Também estiveram presentes à visita o juiz federal em auxílio à Presidência, Alexandre Franco, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, diretores de secretaria e servidores. ■



Tribunal promove I Encontro das Áreas de Administração de Recursos Humanos da Primeira Região

OPORTUNIDADE PARA DIRIMIR DÚVIDAS, PADRONIZAR PROCEDIMENTOS E PROPOR SOLUÇÕES



JAQUELINE MENDES/MC

Nos dias 21, 22 e 23 de novembro, o Tribunal sediou o I Encontro das Áreas de Administração de Recursos Humanos da Justiça Federal da 1.ª Região. O evento contou com a participação de 50 diretores e supervisores das áreas de administração dos núcleos de recursos humanos e teve como objetivo oportunizar a capacitação e a discussão de temas relevantes da área de recursos humanos com vistas à otimização de rotinas e troca de experiências, a fim de padronizar procedimentos mais céleres e eficientes.

A primeira atividade do encontro foi conduzida pelo professor Inácio Magalhães Filho, conselheiro do Tribunal de Contas do DF. Na ocasião, Inácio ministrou curso sobre “Temas relevantes em gestão de pessoas” e abordou os aspectos legais da área de administração de RH ao explorar os assuntos que mais geram conflito de entendimento pelos Nucleos, como: cadastro, pagamento e legislação.

“As seccionais têm encontrado a necessidade de um encontro como este, pois muitas vezes nos deparamos com

as divergências de interpretação das resoluções. Espero que este evento nos oriente para que tenhamos uma melhor atuação no setor, e na execução dos procedimentos”, afirmou Fabriciana Gutemberg Mendes, diretora do Nucleo do Maranhão.

Assuntos como aposentadoria, licença para tratamento de saúde e licença por doença de familiares foram bastante explorados pelos participantes do encontro quando o tema Legislação de Pessoal foi à discussão. “Do debate saíram sugestões para racionalização dos processos de trabalho, modernização das rotinas adotadas no Tribunal e seccionais”, afirmou a diretora da Divisão de Legislação de Pessoal (Dilep), Maria do Carmo Corrêa. “Houve consenso a respeito da uniformização de procedimentos concernentes à aplicação da legislação e normas inerentes a direitos e vantagens dos servidores do Tribunal e seccionais”, destacou.

Conduzido pelo diretor da Divisão de cadastro de pessoal (Dicap), Fernando Antonio de Mendonça, o debate



Curso com professor Inácio Magalhães Filho



Maria do Carmo Corrêa,
diretora da Dilep

MARCOA FOLZ/RE

sobre questões relativas ao cadastro de pessoal abordou temas como remoção, férias, instrução dos processos de requisição, ingresso de pessoal e questões pontuais de cada seccional relativas a registro e controle de assentamentos funcionais. Para o diretor da Dicap, o evento foi uma grande oportunidade de desmistificar a ideia de que o Tribunal não tem problemas relacionados a suas atividades administrativas na área de recursos humanos, “todos devem trabalhar em conjunto, buscando aprimorar seus conhecimentos para melhorar a eficiência dos serviços prestados”, destacou Fernando.

Já no debate referente a pagamento de pessoal, as questões suscitadas envolveram desde assuntos operacionais até outras de caráter mais complexo, como aplicação do regulamento do CJF sobre pagamento de passivos (juros, correção monetária, processo de exercícios anteriores), teto constitucional (parcelas isentas e não isentas), tratamento de servidores cedidos (ressarcimento e ajuste



Diretores de Nucre e supervisores das áreas administrativas de recursos humanos

MARCIA FORTES

do pagamento). Para Alex Amorim de Sousa, diretor da Divisão de Pagamento de Pessoal (Dipag), o debate trouxe resultados significativos: “O principal fruto do encontro foi o comprometimento das unidades envolvidas de encaminharem documentos com suas demandas operacionais escalonadas em nível de prioridade”.

A necessidade da realização do encontro surgiu após a Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos do TRF (Direh/Secre) solicitar às áreas de RH de toda a Primeira Região que apontassem os temas de maior dificuldade de atuação. “Tais apontamentos foram compilados pela Direh e repassados às divisões competentes (Dicap, Dipag e Dilep) a fim de que subsidiassem os roteiros do desenvolvimento dos trabalhos e as dúvidas fossem dirimidas ou novos procedimentos acordados”, explicou a diretora da Secretaria de Recursos Humanos do TRF, Ruth Vaz.

Outro fator que motivou a iniciativa foi que a área de RH do Tribunal não se reunia com as seccionais há mais de uma década. “Além disso, os inúmeros contatos com questionamentos advindos das seções e subseções judiciárias vinculadas sobre as tarefas e rotinas desenvolvidas setorialmente por essas áreas contribuíram com a necessidade de capacitar, esclarecer e pôr em discussão os principais problemas encontrados no setor”, pontuou Ruth.

O reduzido quadro de pessoal é uma das principais dificuldades vivenciadas, por exemplo, pela Seção Judiciária de Minas Gerais. Sobre esta realidade, a diretora do Nucre mineiro, Edna Mara Lima Ferreira, destacou: “Como em todas as outras seccionais, o reduzido quadro de servidores no setor de RH se contrapõe a um aumento significativo e crescente da Justiça Federal, considerando a expansão em curso com implantação de subseções e varas judiciárias”.

Durante o encerramento das atividades, aos servidores que assinaram a lista de presença foram entregues certificados que contribuirão para a aquisição do adicional de qualificação na modalidade de ação de treinamento. A Secre também distribuiu aos participantes o instrumento de avaliação de reação, com o objetivo de medir o nível de satisfação individual. E satisfação foi o que a diretora do Nucre/MG, Edna Mara, demonstrou ao final do encontro. “Levo deste encontro a confiança na equipe da Secre, que desenvolve esse projeto de educação continuada na área de RH”.

O encontro resultou na consolidação de um relatório concernente a cada área de RH com as sugestões, dúvidas e propostas de soluções apresentadas em consenso pelos participantes. ■

Distrito Federal, Goiás, Pará e Roraima concluem mais uma etapa dos mutirões de **CONCILIAÇÃO**

REALIZADOS NOS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO, OS MUTIRÕES DE EXECUÇÃO FISCAL E DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO RESULTARAM EM 200 ACORDOS HOMOLOGADOS E EM CERCA DE R\$ 9 MILHÕES EM VALORES RECUPERADOS

▀ JAIR CARDOSO

Na Primeira Região, os mutirões de conciliação não pararam. De 24 a 27 de outubro, a Seção Judiciária do Distrito Federal realizou a quarta edição do mutirão de execuções fiscais. Durante o evento, promovido em parceria com a Procuradoria-Geral do DF e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram efetuadas 39 audiências, com 100% de acordos homologados e mais de R\$ 146 mil em valores recuperados.

Os Estados de Goiás, Pará e Roraima fizeram mutirões de conciliação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O objetivo foi buscar acordos entre mutuários e a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), que administra dívidas de financiamento imobiliário concedidos pela Caixa Econômica Federal (CEF), em processos que se arrastam na Justiça há muitos anos.

Em Goiás, segundo dados divulgados pela Justiça Federal do Estado, foram efetivadas 167 audiências, sendo homologados acordos em 52,85% dos processos, totalizando mais de R\$ 2 milhões em créditos recuperados pela CEF para serem novamente investidos no financiamento da casa própria. Com o resultado obtido nesta edição do mutirão, o Estado cumpriu a meta estabelecida pelo CNJ de firmar 749 acordos em 2011.

O mutirão de conciliação do SFH no Pará apresentou números significativos. Os dados divulgados pela Seção Judiciária do Estado mostram que nos três dias de audiências (de 16 a 18/11), 85 mutuários que ingressaram com ações contra a Caixa para discutir questões referentes ao saldo devedor dos seus contratos fecharam acordos, o que resultou na recuperação de mais de R\$ 5 milhões em créditos pela instituição financeira.

Os resultados obtidos em Roraima não foram diferentes. Em sua primeira edição, o mutirão de conciliação do SFH realizou 25 audiências entre mutuários e CEF. Foram 22 acordos efetuados, o que representa um índice de aproveitamento de 88%. De acordo com a Seccional, foram recuperados cerca de R\$ 1 milhão em valores.

Para o coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, os resultados obtidos pelos mutirões de conciliação, sejam eles do SFH, previdenciários ou de execução fiscal, demonstram que a “cultura da conciliação já está consolidada na Justiça Federal da 1.ª Região”.

Na avaliação do magistrado, os resultados dos mutirões de conciliação efetuados em 2011 são extraordinários. “Até o mês de outubro, a Primeira Região já havia realizado 73.503 acordos. Isso é muito significativo porque alcança, no mínimo, 300 mil pessoas, considerando a média das famílias brasileiras”.

O mutirão de audiências é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça. Para este ano, a meta estabelecida pelo CNJ, em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal e com os coordenadores de conciliação dos cinco tribunais regionais federais, é promover 20 mil audiências. ■



Descarte de processos judiciais e administrativos

TRF DESCARTA MAIS DE SEIS TONELADAS DE PROCESSOS JUDICIAIS E DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

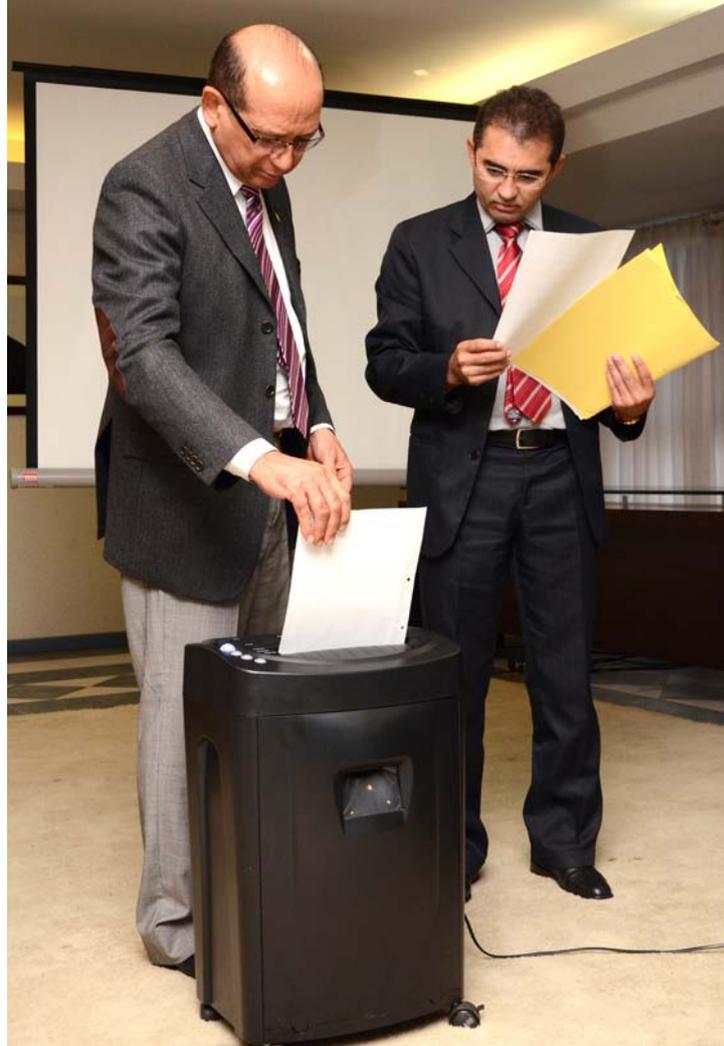
▀ JAIR CARDOSO

No dia 14 de novembro, no Salão Nobre do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, foi realizada a solenidade do quarto descarte de autos judiciais findos e oitavo descarte de processos e documentos administrativos. Os documentos e processos administrativos passíveis de descarte são aqueles que possuem a temporalidade cumprida conforme o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT). Já os autos judiciais findos seguem as normas constantes da Resolução n.º 23 do Conselho da Justiça Federal (CJF), que estabelece a Consolidação Normativa do Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de 1.º e de 2.º grau.

Durante a solenidade, o presidente do TRF da 1.^a Região e da Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental, desembargador federal Olindo Menezes, destacou que foram descartadas 1.243 ações rescisórias, 127 conflitos de competência, 1.031 processos administrativos, além de pautas de julgamento e guias de remessa arquivadas, totalizando mais de seis toneladas de documentos. Em ato simbólico, o presidente procedeu à fragmentação do último processo a ser descartado (foto).

“Esta é uma cerimônia simples, porém significativa. Conseguimos dar vida útil a um material que iria direto para o lixo”, disse o presidente do TRF. Segundo o magistrado, o papel, ao ser descartado de forma correta, tem um destino nobre, pois irá voltar à natureza para ser reutilizado e, de certa forma, ainda gerar renda para pessoas que precisam.

Os integrantes dos grupos de trabalho, responsáveis pela separação do material descartado, Francisco Lopes



Rêgo, Josias José dos Santos, Carlos Eduardo da Silva Filho, Luiz Felipe Souza da Silva, Sivonei Soares Ferreira, Tiago Souza Vilasboas, Daiana Barbosa, Gustavo Alves Pinheiro, Vladimir Rodrigues Siqueira e Felipe Barros Teixeira receberam certificado de participação das mãos do presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, e do diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos Jacinto.

A catadora Alessandra Alves Lopes, representante da Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília (Apcorb), recebeu do diretor-geral o termo de doação de todo o material descartado pelo Tribunal. De acordo com ela, o material é mais uma renda para os membros da cooperativa, “o que melhora nossa qualidade de vida”. Alessandra Lopes explicou que a qualidade do material doado melhorou, o que “significa que as pessoas estão se conscientizando sobre o papel da reciclagem na sociedade”.

Após a solenidade, o servidor Josias José dos Santos disse sentir-se gratificado pelo trabalho realizado. “O Tribunal produz muita massa documental, e esse material tem que ser descartado de forma a preservar o meio ambiente. Sinto-me orgulhoso ao ver, após essa árdua tarefa de separação dos documentos a serem descartados, que o descarte vai preservar o meio ambiente e, ainda, ajudar pessoas que dependem disso para sobreviver”. ■



NOVO INTEGRANTE DA UNESCO



Foi concedida à Palestina uma vaga de integrante da Unesco, Agência de Educação e Cultura da ONU. O ingresso no órgão faz parte da estratégia de Mahmoud Abbas para obter o reconhecimento da Palestina como estado junto a ONU. Em retaliação, os americanos anunciaram o corte de 60 milhões de dólares nos repasses que o país faria a Unesco.

Revista Veja
1.º.novembro.2011

CRISE ELEVA FUGA DE PESSOAS E PAÍSES DA EUROPA ENCOLHEM

A crise na economia europeia, com a falta de trabalho e perspectivas nada animadoras para o futuro próximo, está provocando o encolhimento da população de países que estão no centro da crise, como Portugal e Espanha. Especialista ressalta que, quanto mais tempo uma pessoa fica no exterior mais improvável sua volta ao país de origem. Para países que já contam com baixo crescimento de uma população cada vez mais envelhecida, essa situação tem o agravante de afetar principalmente os jovens, gente que deveria financiar os custos da previdência.

UOL .com.br
29.novembro.2011

MUNDO

CRIATIVIDADE CIENTÍFICA TEM AUGES AOS 40

Estudo com mais de 500 ganhadores do Prêmio Nobel desmente o mito de que cientistas ficam menos criativos com a idade. Pesquisadores usaram dados biográficos para rastrear com que idade os trabalhos vencedores foram realizados. O resultado: os ganhadores dos prêmios de física, medicina e química entre 1900 e 2008 tinham em torno de 40 anos quando realizaram o seus trabalhos. Dos anos 80 para cá, a idade tem até aumentado. Na física, área na qual supostamente a juventude é tudo para quem está na busca de ideias brilhantes, a idade média subiu para 50,3 anos contra 45 em medicina.



Folha de S. Paulo
8.novembro.2011

ROCINHA É OCUPADA SEM TIROS, MAS TEME O FUTURO

As forças de segurança do Rio conseguiram retomar ontem o controle de duas de suas principais favelas, a Rocinha e o Vidigal, dominadas pelo tráfico há mais de 30 anos, além de outra, menor, a Chácara do Céu. A operação, com 3.000 homens, ocorreu um ano após a do complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro. As duas áreas estavam dominadas pelo tráfico de drogas havia mais de 30 anos. Anunciada dez dias antes, a operação envolveu cerca de 3.000 pessoas e não encontrou resistência armada. Nenhum tiro foi disparado.



Folha São Paulo
14. novembro.2011

GILMAR MENDES QUER MUDANÇA NA LEI QUE PUNE MAGISTRADOS CORRUPOTOS

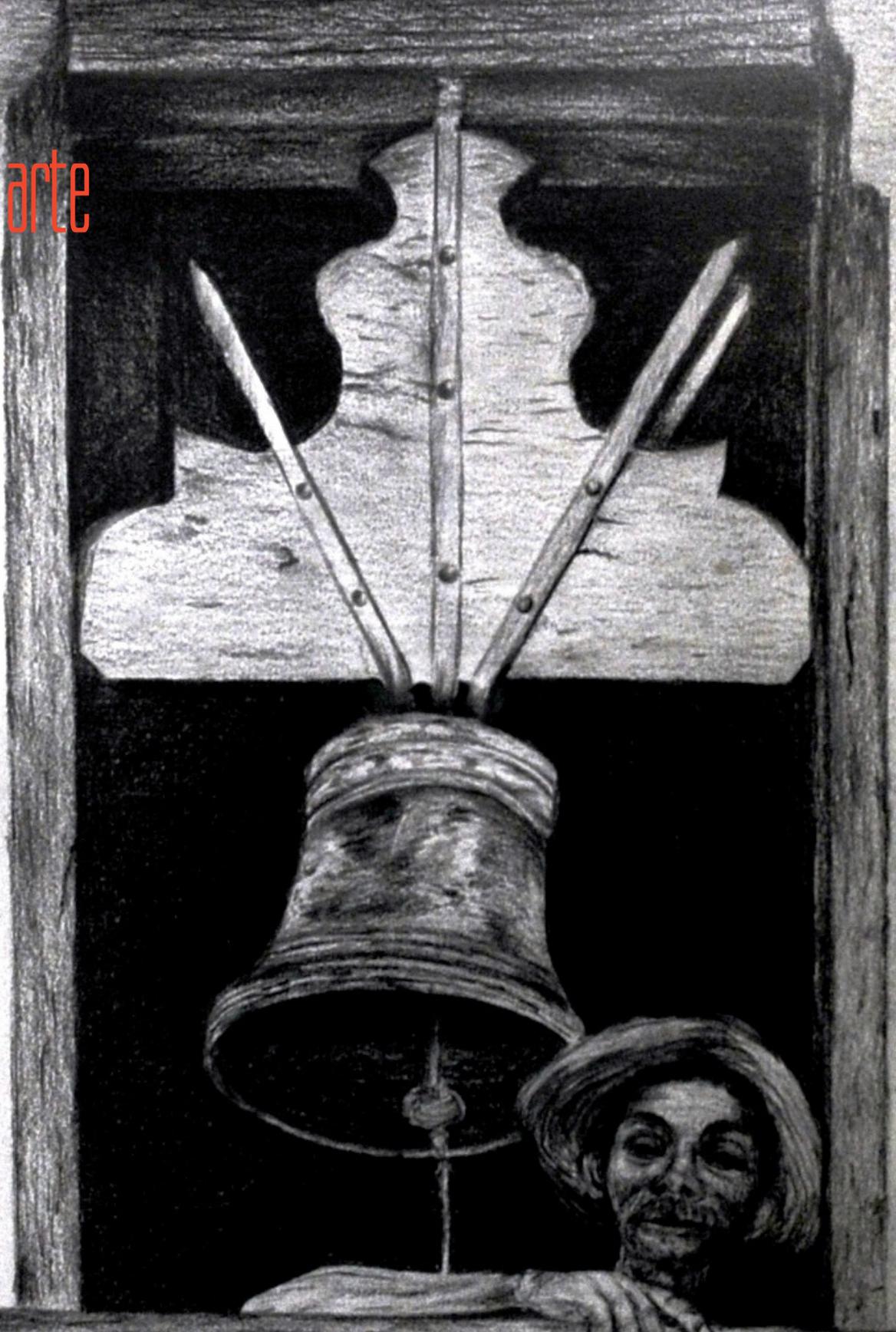
O ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, afirmou que é possível discutir novas sanções para magistrados condenados por irregularidades. Segundo o ministro, o STF deve priorizar a conclusão de anteprojeto da Lei Orgânica da Magistratura Nacional para ir a votação no Congresso. Ele espera que isso ocorra ainda em 2012.

O Estado de São Paulo
29.novembro.2011



BRASIL

FEITO COM arte



“Andanças”



BRUNO BANDEIRA/ MC

O Espaço Cultural do TRF/ 1.^a Região apresentou, entre os dias 7 e 18 de novembro, a exposição "Andanças", de Cristina Flores, Leda Del Caro e Tunico Lages. A exposição traz o encontro entre fotografia e pintura para revelar o universal e o regional, o social e o pessoal. Lentes e pincéis trocam lembranças e contam histórias em comum.

A fotógrafa Cristina Flores e a artista plástica Leda Del Caro uniram-se para realizar esse projeto. Fotos e pinturas convidam os visitantes a buscar o que têm de melhor dentro de si. "Nossas pinturas buscam nas pessoas um novo olhar sobre si, trazendo para o exterior o belo, construindo um novo conceito sobre a natureza", afirma Leda Del Caro, que utiliza a técnica de óleo sobre tela para retratar a natureza.

O lado contemporâneo da exposição ficou por conta das esculturas do artista plástico Tunico Lages, que dão um charme à mostra. Tunico é *designer* e procura também na natureza matéria-prima, como troncos e galhos secos, para compor suas obras, transformando o que encontra em peças de decoração para interiores. ■

E-mail: cristina.garcia@trf1.jus.br

MARANHÃO

Equipe do TRF faz auditoria operacional na seccional do Maranhão

Uma equipe da Secretaria de Controle Interno (Secoi) do Tribunal Regional Federal da Primeira Região esteve em São Luís, no período de 7 a 11 de novembro, para realização de auditoria operacional da Seção Judiciária do Maranhão.

De acordo com a coordenadora da equipe, Ionice de Paula Ribeiro, diretora da Secoi, a auditoria tem como finalidade verificar a aplicação da legislação aos atos de gestão da seccional, exclusivamente na área administrativa.

Pela avaliação da equipe integrada também por Milene Rodrigues de Sousa, Marilene Sousa da Silva, Hadjamine Itapá Fernandes e Érica Patrícia de Andrade Terayama, da Divisão de Auditoria do TRF/ 1.ª Região, considerando problemas como a carência de pessoal e dificuldades de espaço físico, a Seção Judiciária do Maranhão apresenta regularidade na execução das atividades administrativas.



SECOSMA

MINAS GERAIS

Subseção de Governador Valadares dá exemplo de cidadania

A Subseção Judiciária de Governador Valadares realizou cerimônia de assinatura dos termos de entrega dos doativos arrecadados pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo para formação do 2.º Cadastro de Reserva de Estagiários nas áreas de Direito e Ciências Contábeis. O evento ocorreu no dia 11 de novembro, na sala de audiências da 1.ª Vara.

A ideia foi viabilizada pela parceria firmada entre as instituições de ensino superior conveniadas – Fatividade e Univale – por meio de termo de cooperação técnica, e condicionou a confirmação da inscrição à doação de dois quilos de alimentos não perecíveis, destinados a entidades filantrópicas.

Arrecadaram-se aproximadamente 220 kg de alimentos,

que foram destinados às instituições AADORT (Associação de Assistência aos Doentes Renais e Transplantados), Lar dos Velinhos e Associação Santa Luzia – indicadas pelos alunos inscritos.

O juiz federal diretor da Subseção, Antônio Francisco do Nascimento, demonstrou satisfação com o sucesso do projeto, exaltando a relevância da iniciativa de conferir cunho social às ações administrativas da Justiça Federal, viabilizada por parcerias.

Participaram da cerimônia, além dos juízes federais e servidores da Subseção Judiciária de Governador Valadares, representantes das instituições de ensino conveniadas e das instituições beneficiadas.

MINAS GERAIS

Diretor do foro recebe representantes da AGU

O diretor do foro da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, recebeu, no dia 18 de novembro, a visita de uma comitiva da Advocacia-Geral da União (AGU), formada pela procuradora-geral da União, Hélia Bettero; pela procuradora regional da União da 1.ª Região, Ana Luisa Figueiredo de Carvalho; pela atual procuradora-chefe da União em Minas Gerais, Lúcia Aparecida Lyra de Almeida, e pelo coordenador de gestão judicial da Procuradoria da União em Minas Gerais, Guilherme Drummond Libano.

A visita teve por objetivo apresentar, oficialmente, ao diretor do foro, a nova procuradora-chefe da União em Minas Gerais, que havia tomado posse naquele dia. Na oportunidade, foram também abordados assuntos afetos à AGU e à Justiça Federal.



SECOSS/MS

PIAUI

Comitê de Saúde traça estratégias para melhorar atendimento

Membros do Comitê Estadual para Monitoramento das Demandas da Saúde no Piauí estiveram reunidos, no dia 28 de novembro, na sede do Centro Nacional de Cultura da Justiça (Cenajus), com o objetivo de traçar estratégias para

melhorar o acompanhamento das demandas e o atendimento em saúde à população.

Durante a reunião, os membros acordaram a realização de diagnóstico com levantamento de todas as ações em curso na Justiça e a estruturação do Comitê, a fim de dar encaminhamentos às decisões deliberadas e acompanhar seu cumprimento pelas entidades ligadas à saúde.

“O Comitê Estadual para Monitoramento das Demandas da Saúde no Piauí ficará sediado no Cenajus, a casa da Justiça, um local de fácil acesso por estar localizado no centro de Teresina. Manteremos as reuniões mensais, mas a estruturação do Comitê permitirá presença diária de colaboradores com plantão dos membros, oferecendo serviços de mais qualidade à sociedade”, explicou o juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão, diretor do foro da Seção Judiciária do Piauí.



SECOSS/PI



OS TEMPOS DO DIREITO

“Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para.”

Antes de dar respostas, o tempo faz perguntas. Muitas. Responder ao tempo é narrar como foi para evitar esquecer. E saber que as circunstâncias podem embaçar a imagem do intérprete-narrador. Porque o tempo não é o mesmo, linear, uniforme, que corre no ponteiro dos relógios, que flui na lógica antiga de um tique-taque que não se ouve mais. É o futuro no passado. É o museu de novidades.

O tempo soa diferente na medida de sua vocação: o tempo da emoção de quem espera o desejado, o tempo da dor de quem sofre o infortúnio, o tempo longo da espera, o tempo breve do encontro. O tempo circula e apanha a realidade na relatividade que é seu modo de ser, apesar e por causa da inexorabilidade do não voltar, já que máquinas de tempo ainda não existem. O tempo não para.

E porque elas não existem ainda o tempo do direito corre para além dos dígitos que marcam minutos. Na simultaneidade de passado e futuro e de seus vínculos construídos e reconstruídos no presente há, na lição interessante de François Ost, em *O tempo do direito*, um dado relevante: o tempo institucionaliza o direito e é institucionalizado por ele. E, sendo assim, ele e o direito intervêm na realidade: alteram-na e são alterados por ela.

Os exemplos são muitos. A jornada noturna do trabalhador em que uma hora vale 52”30’ é forma de o direito

mudar o tempo da vida. A prescrição é forma de o direito estabelecer o tempo da justiça. O processo, no costume que contamina os ritos e na rigidez dos prazos preclusivos para o exercício do direito de impugnar, é forma de interferir na realidade do conflito originário. O percurso da lei no tempo, entre assimilação espontânea e inefetividade, é forma de ligar ou desligar o futuro das relações humanas. E em tudo a presença do tempo da sanção que escapa do formal que se assenta no conceito dela como parte da norma jurídica. Porque o tempo da execução não segue o conceito. O tempo da liberdade perdida não é vivido abstratamente, mas no corpo a corpo intenso dos presídios. O tempo do cumprimento dos mandados de execução não é vivido abstratamente. As indenizações não trazem de volta a vida anterior à configuração do dano. O processo não traz de volta a verdade sobre a vida de alguém que não foi percebida corretamente na prova. E o tempo não para. E suas respostas são jogadas na contingência do transpasse para o segundo, o minuto, a hora, o dia seguintes.

Como na notícia de jornal que reproduziu a mensagem das pessoas que ligaram apavoradas para o 190 no preciso instante em que assistiam a uma cena de horror que não podiam conter:

“Tem um acidente de trânsito e duas pessoas agredindo um motorista de um carro com madeira, com pedaço de barra de ferro”

“Pelo amor de Deus. Houve um acidente de carro e o homem está matando o cara. Tem que ser rápido, eles vão se matar”.

“Um carro bateu de frente para o outro na rua. Um, aqui embaixo. E o motorista que foi o causador do acidente está com uma arma. [...] Olha o tiro, escuta o tiro, escuta o tiro! Está escutando o tiro?”

“Vai acontecer uma desgraça aqui” .

O desespero pode ter se transformado no processo, mas ele nunca guardará o fulgor das vozes que fizeram a ligação no enquanto, naquele momento transfigurado em que foram surpreendidas pela visão da agressão. A ação do conflito transmuda-se na tradução para a ação do direito. A matéria do jornal cravou o espanto, mas o acomodou num passado irremediável em que a notícia perderá a relevância. Um presente que virou notícia de ontem.

O julgamento de cada caso recupera, em dose variada, os fatos amortecidos no tempo e transformados na narrativa de papel que se isola no processo. Não há mais vozes aflitas na duração instantânea. Não há mais sentidos atilados na percepção da coisa acontecendo. O gerúndio dá lugar ao passado perfeito. Foi, aconteceu, passou. Porque o tempo não para.

A justiça pelo direito faz-se no transe dos vários tempos que correm simultaneamente. A narrativa das peças processuais (a manifestação das partes, a prova, as decisões) é o invólucro de uma história que se coloca como um museu da vida em conflito. Como um lugar de visitar o que aconteceu e estabelecer um juízo sobre como foi. De passagem. Os dias num quadro montado entre as capas, na folha, na tela.

Chesterton fala da justiça, em que o tempo da narra-

tiva da história é o repositório da esperança de acerto, ao defini-la como:

“O primeiro sentido humano, que é o crítico de todas as instituições; uma intolerância abstrata, virgem e totalmente virtuosa pela história que termina errado; a recusa do intelecto em aceitar a perspectiva de tudo estar de cabeça para baixo”. AHLQUIST, Dale. *The universe according to G.K. Chesterton: a dictionary of the mad, mundane and metaphysical*, Mineola, NY: Dover, 2011, p. 64.

Na história que termina errado, as ideias não correspondem aos fatos. E o tempo que não pára segue o aleatório dos dados que continuam rolando. E marcando o jogo entre sorte e azar.

O tempo do direito exige que nós, que o fazemos por ofício, não sejamos o acaso. E o controle do tempo só se dá na consciência de passado, presente e futuro acontecidos na concomitância para a solução do conflito: os fatos do passado a julgar revividos no presente para o qual o sentido da lei é transportado e lançados como memória para o futuro na mensagem sobre um certo modo de fazer justiça. Na verdade, em relação ao tempo do direito, não há data a comemorar. Os dias, no cotidiano refazer das necessidades, são de par em par. Procurando agulha num palheiro. Porque o tempo não para. ■

*Juíza federal da 12.ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, professora da Faculdade de Direito da UFMG e doutora em Filosofia do Direito

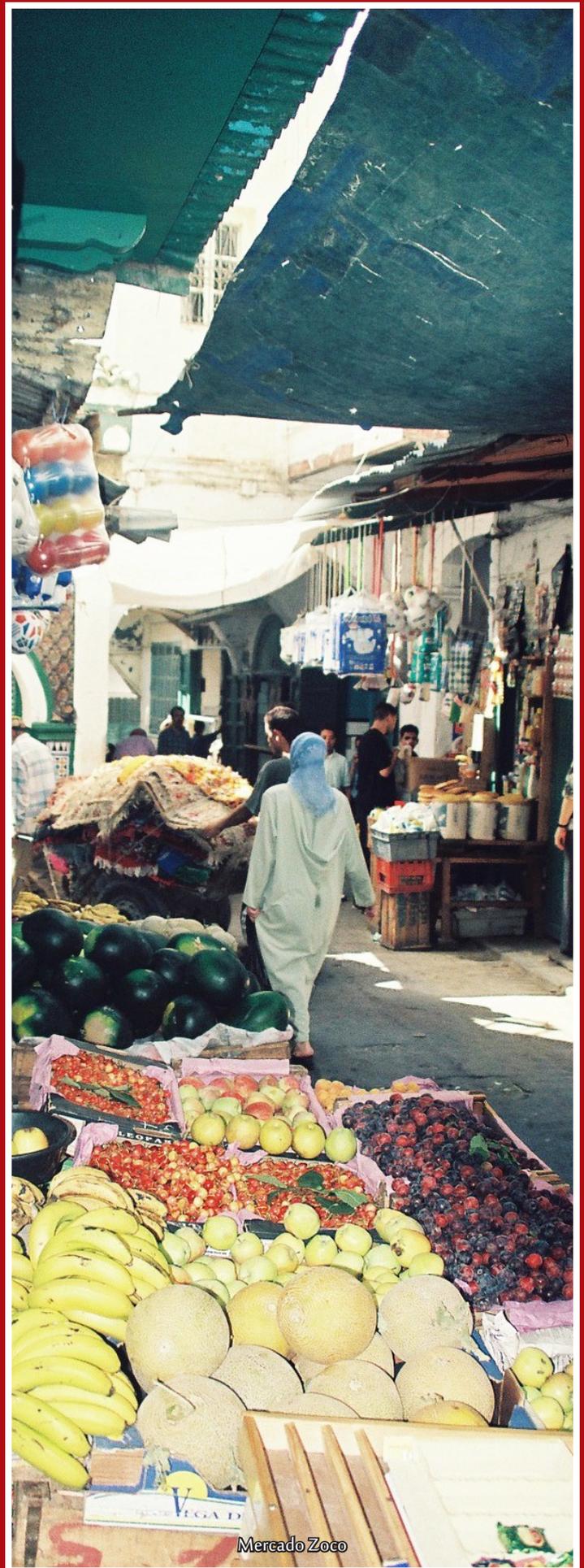
Marrocos em cores, costumes e especiarias

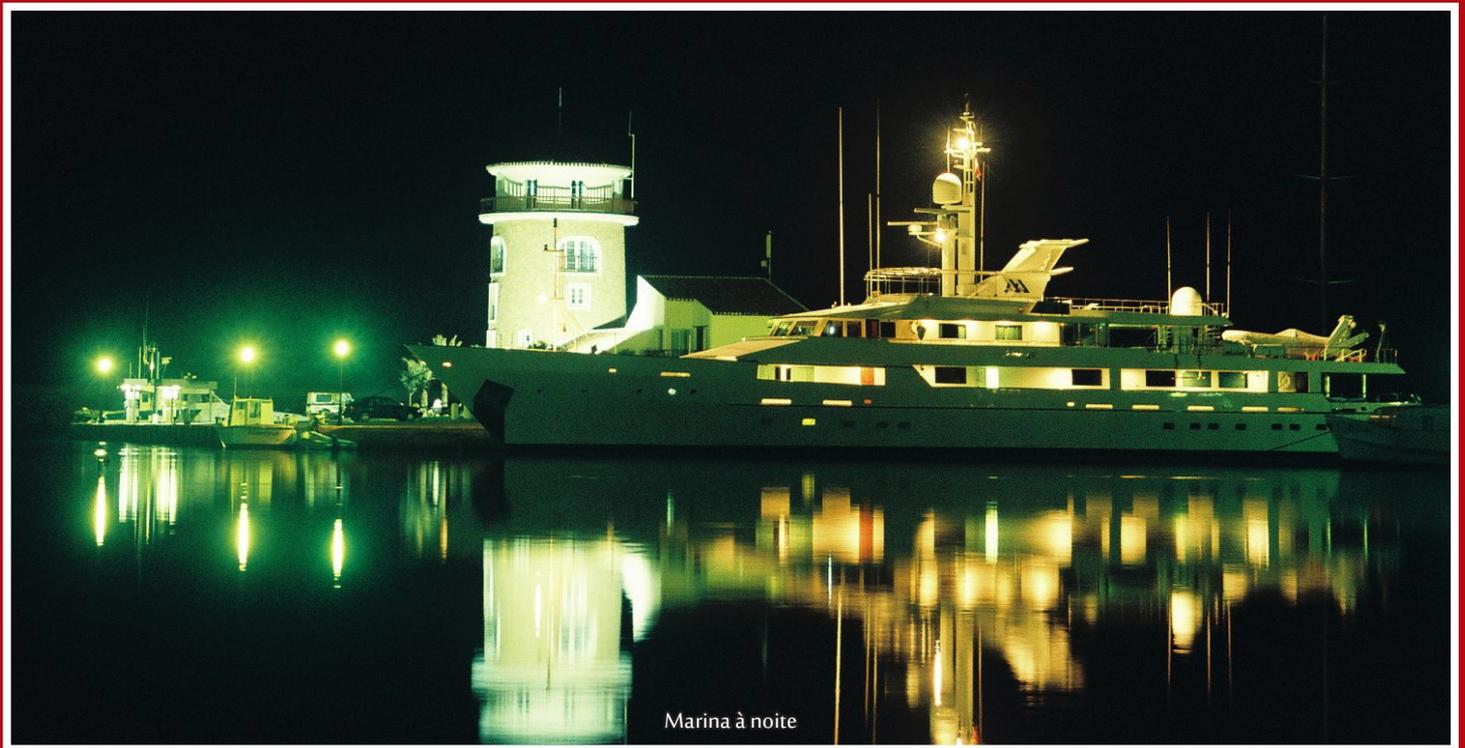
CEUTA É UMA CIDADE AUTÔNOMA DA ESPANHA LOCALIZADA NA COSTA NORTE DA ÁFRICA. SUAS ÁGUAS FRONTEIRIÇAS SÃO DO MAR MEDITERRÂNEO. FOI NO PORTO DE CEUTA QUE NOSSO VELEIRO ATRACOU PARA SEGUIRMOS POR TERRA PARA MARROCOS. COSTUMES, ESPECIARIAS, AROMAS E CORES SEDUZEM OS TURISTAS EM DIREÇÃO A MARROCOS. A EXPERIÊNCIA??? VOCÊ ACOMPANHA COMIGO EM MAIS ESSE RELATO.

A belíssima cidade de Gilbratar, no continente europeu, era o nosso ponto de partida rumo à travessia do famoso e perigoso Estreito de Gilbratar, por ter um dos tráfegos marítimos mais congestionados do mundo. Por lá navegam centenas de navios de todo porte rumo ao continente europeu ou em direção ao Canal de Suez, que dá acesso ao Mar Vermelho.

A distância a ser vencida era de 14,24 km (equivalente a 7,7 milhas náuticas), que separam os dois continentes. Praticamente de meia em meia milha tínhamos que mudar de bordo para dar passagem aos imensos navios, pois de acordo com as leis de navegação todo barco a vela tem preferência sobre os barcos a motor, menos em canais. Aproximando-nos da África, fomos envolvidos por uma grossa camada de neblina que tirou a visibilidade de nossa navegação e gerou um momento de tensão. Nos guiamos então pela tecnologia do GPS e pelo radar, vencemos a travessia e chegamos à cidade de Ceuta.

Atracamos o veleiro na Marina Hércules, no porto desportivo Ceuta, por ser o local mais seguro para deixar a embarcação durante o período em que estaríamos em Marrocos. Atravessamos a fronteira e pisamos em terras marroquinas. Desprovidos de qualquer objeto mais valioso,





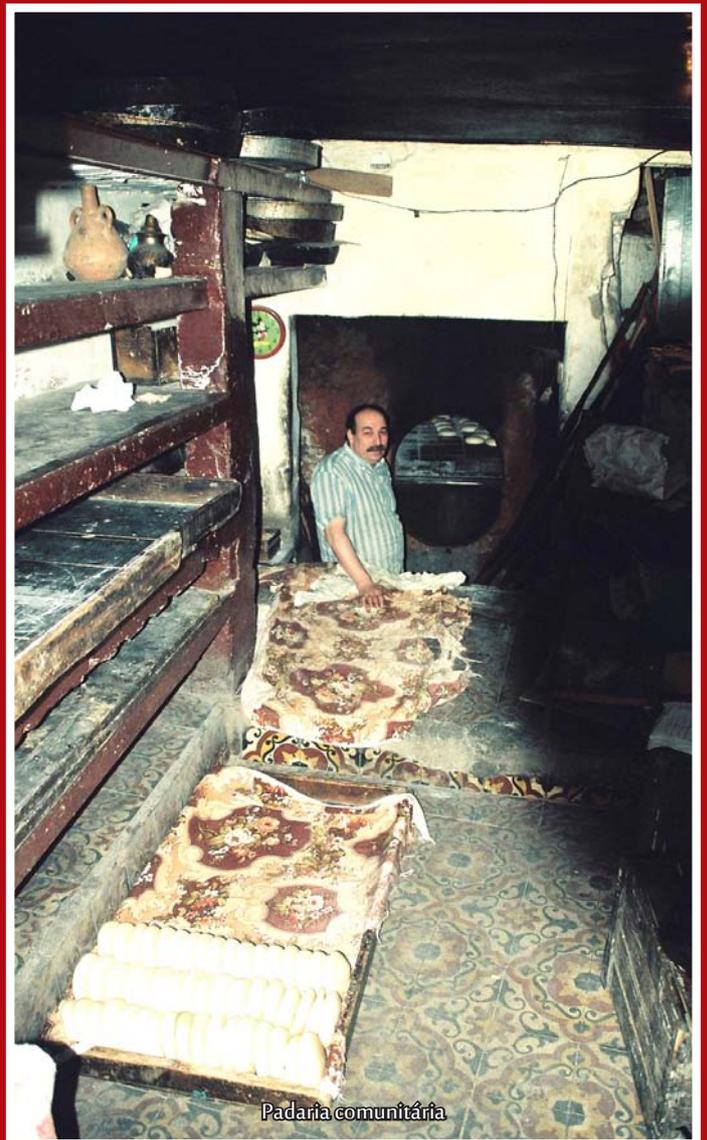
Marina à noite



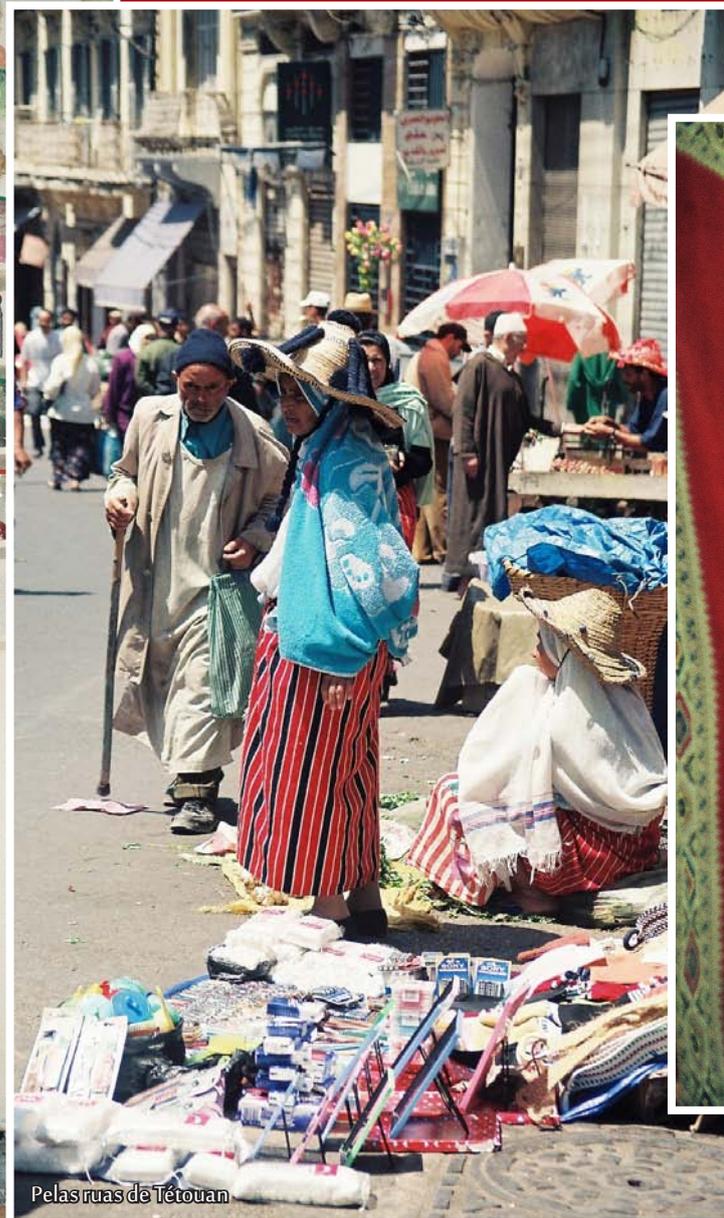
Mesquita de Tânger



Fábrica de tapetes



Padaria comunitária



exceto nossas máquinas fotográficas, e com o mínimo necessário, seguimos em uma van alugada por nosso grupo, acompanhado pelo guia Mustafá. Paramos para um lanche à beira do deserto do Saara e aproveitamos para andar de camelo, que chacoalhava mais que nosso veleiro nas ondas do mar.

Nossa primeira parada foi em Tanger. Também chamada de "Portal para África", é uma das mais vibrantes e misteriosas cidades marroquinas. Antes de visitarmos a Medina de Tanger, vimos camponeses "berberes" comercializando verduras, grãos, peles de animais e vestiário típico confeccionado por eles. Não resistimos e compramos algumas peças. Por tradição eles descem da montanha onde vivem, uma vez por

semana, e vêm à cidade comercializar seus produtos.

Após esse encontro fomos ao "Grande Zoco", um mercado tradicional situado nas imediações da Medina para comprar frutas frescas regionais e todo tipo de azeitonas da melhor qualidade. Impossível não nos encantar ou deixar seduzir pela mistura de temperos e ervas, especiarias, tecidos finos e joalherias. E foi no mercado que experimentamos o excelente e tradicional chá de menta, conhecido como "uísqe marroquino". Por lá, a bebida mais consumida após a água e também vendida nas ruas, por seus tradicionais vendedores ambulantes, em enormes urnas de bronze com uma torneira e vários copos acoplados, usados simultaneamente sem serem lavados.



Loja de tapetes

Seguimos com o passeio rumo à cidade de Tétouan, a 60 km de Tanger. No caminho, avistamos sua Medina. Situada entre as montanhas e o mar, constituída de casas brancas quadradas, avarandadas e adornadas por belíssimos mosaicos marroquinos, é considerada patrimônio da Unesco desde 1997. Muito me impressionou saber que na Medina há fornos comunitários onde cada família leva sua massa de pão para assar. Eis mais um costume marroquino, pois o pão é a base da alimentação daquele povo, sendo servido em todas as refeições. Outro costume é a proibição do consumo de bebida alcoólica em lugares públicos como bares e restaurantes.

No restaurante "Palace Bouhhal", experimentamos o clássico cuscuz marroquino. Eu, caro leitor, sinceramente

não gostei, mas os demais companheiros aprovaram. Visitamos uma "Phito farmácia" para conhecer ervas medicinais e aromáticas, óleos de massagens, perfumes e cosméticos naturais marroquinos.

Entre um costume e outro, era hora de retornar à marina em Ceuta. Nos despedimos de Marrocos e ao chegarmos em nosso veleiro, brindamos a esses conhecimentos adquiridos e vivenciados "POR AÍ" nesse "mundão de Meu Deus", como de costume !!!!

Até a próxima, bons ventos.

*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.
Fotos e legendas do autor

NETWORK:

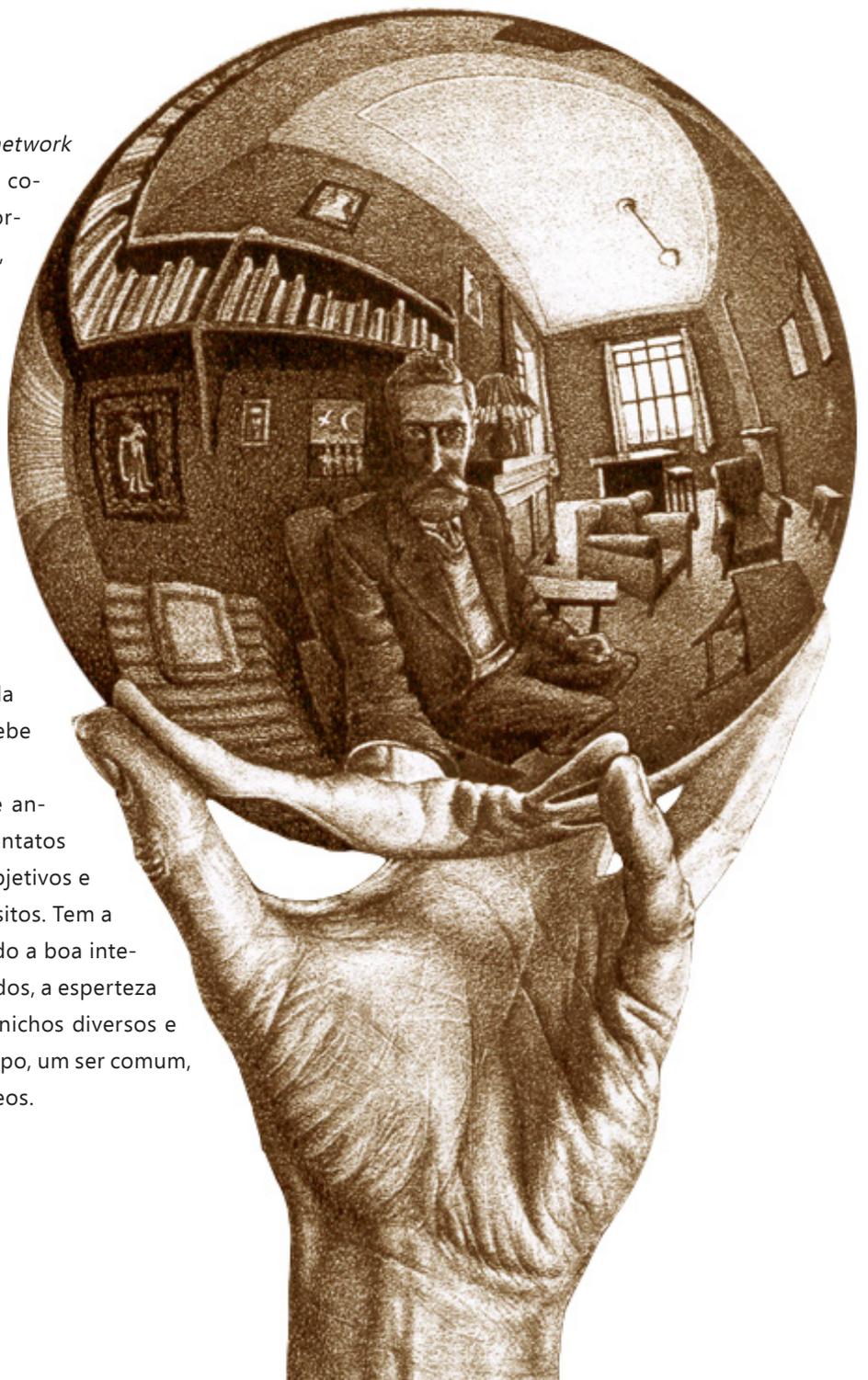
Ferramenta estratégica ou mero narcisismo?

▼ POR MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

Alguns podem entender o termo *network* como uma das formas mais fáceis de conhecer pessoas ou organizações importantes ou influentes. Se bem entendida, essa é uma ferramenta utilizada para se estabelecer conexões de trabalho em rede e mesmo visualizar novas formas de crescimento profissional e até pessoal.

Citando Antoine D'Exupery em "O Pequeno Príncipe", convém estar atento para o velho conselho de que somos responsáveis por tudo aquilo que cativamos. Assim, devemos sempre ter em mente o motivo pelo qual uma relação é estabelecida e, acima de tudo, mantida, pois recebe investimento.

O *networker* sagaz é aquele que antes de estabelecer o turbilhão de contatos oferecido pelas redes sociais traça objetivos e estratégias para alcançar seus propósitos. Tem a inteligência de um religioso, propondo a boa interação entre pessoas de diversos mundos, a esperteza do político, tentando se infiltrar em nichos diversos e angariar seguidores e, ao mesmo tempo, um ser comum, misturando-se a públicos heterogêneos.



Para muitos que somente se interessam por modismos ou pelo simples aproveitamento de oportunidades de interesse próprio, a ferramenta pode perder a eficácia inteligente a que se propõe e ser mera forma de crescimento individual ou ascensão social. O máximo que se conseguirá é a perda de tempo em gerenciar tantos dados e informações que para nada, exatamente nada, servirão.

É conhecimento disseminado e comum que todos nós estamos a apenas sete pessoas de distância de qualquer outra. Isso tem até certo sentido, pois as redes de relacionamento nos proporcionam a visualização dessa proximidade. O que não se ensina é o método pelo qual devemos filtrar essa tal “proximidade” e em que momento ela nos será útil. Talvez isto só se aprenda com o tempo e com o exercício, errando e acertando. De nada vale ser “amigo” (num conceito forçado, é claro) do presidente da fábrica de um determinado refrigerante se, talvez, você jamais necessitará deste contato. Em outro cenário, certamente será útil ser apenas o “conhecido” do pessoal responsável por servir o cafezinho do supervisor da empresa que fornece o papel para sua organização.

O *network* tem uma maneira de compartilhar informações, dados, contatos, recursos (não só financeiros, vale dizer) de forma que no momento certo estes quesitos possam ser úteis isolados ou agregados. Então, teremos soluções que sem as redes estariam mais distantes e menos factíveis.

Todos nós muito provavelmente temos exemplos positivos e negativos do *network*. O grande problema é que afoitos como somos, nem sempre trazemos este aprendizado para o mundo prático.

Então, de nada vale estar cadastrado em todos os sítios de relacionamento profissional ou de divulgação sem antes buscar claramente os objetivos e avaliar o alcance dessas ferramentas para o seu negócio ou propósito. Cabe ressaltar que aqui não há juízo de valor ou mérito de nenhuma dessas ferramentas, somente o alerta quanto à sua empregabilidade.

Historicamente, o *network* aparece bem antes das

atuais redes de relacionamento. Comunidades religiosas, povos separatistas, grandes líderes comunistas, socialistas ou capitalistas são exemplos claros de que o *network* é ferramenta útil e de grande alcance. Há exemplos nas camadas que podem ser chamadas de mais simples ou até erroneamente de inferiores por muitos, como os negros, os latinos, entre outros grupos segregados socialmente. O *network* é forma de alcance e conquista de espaço e direitos no mundo inteiro. Da mesma forma, o mundo da moda tem alcançado proporção por meio de profissionais que são, muitas vezes, esquecidos, tais como os profissionais de beleza que, ao divulgarem e propagarem marcas, criam conceitos e tendências.

Então, se observados alguns cuidados, os quais são sugeridos a seguir, as redes de relacionamento e mídias sociais podem ser ótimas fontes de disseminação e alcance de estratégia no âmbito das organizações:

- saber onde e quando se inscrever em uma rede ou mídia;
- estabelecer objetivos e estratégias de inserção;
- entender que o contato pessoal nem sempre pode ser substituído pelo contato virtual (que pode ser prejudicial e ainda causar mal entendidos);
- nunca utilizar o *network* como forma de difamação de pessoas ou organizações;
- estimular e aproveitar as ideias que surgem a partir do *network*;
- ter senso crítico para visualizar o momento adequado de encerrar contatos;
- no mundo virtual, nem sempre os contatos são verdadeiros ou repassam toda a “verdade”.

Finalmente, vale lembrar que o *network* deve ser tratado como um contato formal quando se está representando a organização, apesar de o mundo virtual incitar a simplicidade da linguagem, abreviações, utilização de jargões, entre outros aspectos. Etiqueta e respeito são pontos fundamentais.

Se bem utilizada, esta ferramenta pode se tornar um forte aliado para o alcance da estratégia, antes de ser mera forma de expressão narcisista.



COM

Superar-se é um estímulo, mas na medida certa!

Possivelmente você já pensou que à medida que os anos passam, maiores parecem ser as adversidades que precisam ser vencidas. E se pensa que isto acontece somente com você, engana-se.

Os obstáculos existem desde sempre, e mesmo durante a gestação, o sistema imunológico já está superando dificuldades biológicas para que você nasça. Nascer não é fácil – especialmente de parto normal! Precisa-se de muito esforço, e temos que aprender a respirar, digerir, fazer o nosso corpo funcionar em um ambiente estranho com temperatura e iluminação que se alteram com muita frequência. Precisamos nos adaptar ao novo ambiente para sobreviver.

É necessário melhorar progressivamente o nosso desempenho para crescer, ser melhores do que somos hoje. Entendo que a superação é da natureza humana – somos “resolvedores de problemas” – e à medida que nos lançamos em novos desafios, aprendemos e nos fortalecemos. É ótimo que seja assim, pois criamos condições para sermos adultos equilibrados à medida que conseguimos direcionar nossas vidas para onde desejamos.

Mas será que para ser um adulto “legal” precisamos resolver tudo? O mundo nos cobra uma postura proativa,

produtiva, assertiva, otimista e mais uma série de comportamentos estereotipados que compõe um perfil de pessoa feliz. Mas é ainda mais difícil quando a exigência é interna – a autocobrança.

Existe o lado positivo e saudável da autocobrança que é ter um estímulo interno para se superar. E isto acontece quando a própria pessoa é capaz de se impor regras, estabelecer padrões de desempenho e se esforça para alcançar resultados sem que ninguém precise controlar.

E o outro lado, que acaba sendo negativo, é o excesso de cobrança interna. E isto acontece quando a pessoa não se contenta com menos que o perfeito, menos que o máximo, e acaba tornando-se infeliz pelo que ainda não conseguiu fazer, desconsidera o que já alcançou e torna-se um obstinado, produzindo um estresse desnecessário.

Na vida adulta, temos todo tipo de demandas, mas às vezes nos deparamos com questões profissionais que nos envolvem de tal maneira que acabamos por gerar problemas nas outras esferas da vida.

Seria ótimo se todos os problemas profissionais fossem tangíveis, ligados a metas ou questões operacionais, pois estes têm fácil solução: basta fazer. Existem questões intangíveis geradas pela complexidade das relações profissionais,

comportamento comportamento comportamento portamento

ligadas à comunicação organizacional ou hierarquia que, com frequência, tornam-se problemas de difícil solução.

Volto a lembrar o que foi citado no começo – somos “resolvedores” –, mas precisamos ser sábios o suficiente para entender a natureza dos problemas: alguns precisam de ação rápida e assertiva; outros precisam de determinação; outros a nossa paciência e foco; e alguns de aceitação.

Questões ligadas com poder, hierarquia, tomada de decisão e gestão de equipe têm muitas variáveis que podem levar um “resolvedor-perfeccionista” com ótimas intenções ao adoecimento, pois muitas coisas não acontecem no ritmo individual. É preciso entender o contexto, a cultura, e trabalhar com o grupo, alinhar os pensamentos e propósitos para que as questões se resolvam em equipe.

Em meu convívio no serviço público, vejo pessoas imbuídas de seus mais edificantes valores sofrerem por injustiças organizacionais, inadequações e disfunções gerenciais. Existem instituições que têm regras internas criadoras de abismos nos relacionamentos entre as carreiras e também entre servidores de níveis diferentes. Esta estruturação gera problemas crônicos, que impactam diretamente no desempenho e, por consequência, impactam também na saúde e no estado de espírito das pessoas.

Sabe-se que muitas regras da administração pública, enquanto tentam criar solução para alguma coisa, criam obstáculos para tantas outras. E se você é um daqueles que sofre por questões organizacionais no serviço público, observe se a sua superação consiste em aprender algo novo ou está ligado à produtividade individual. Caso positivo, quanto antes você o fizer, melhor se sentirá e mais fortalecido estará.

Porém se for por uma questão de mudança de cultura, hierarquia ou de estrutura na organização, entenda que essas questões têm um tempo de maturação diferente e estando várias pessoas envolvidas, a superação acontecerá em grupo.

Comprometa-se verdadeiramente com o trabalho e com organização, não desista das mudanças que você sabe que vão ajudar o desenvolvimento do trabalho, ainda que elas pareçam difíceis ou improváveis, mas não permita que seu humor e sua saúde sejam abalados por isto. O plano de saúde poderá cobrir todas as despesas médicas, mas o seu custo emocional você pagará sozinho.

*Professora da Escola Nacional de Administração Pública e consultora organizacional

Fungos nas unhas

CERCA DE 40% DA POPULAÇÃO SOFRE COM O PROBLEMA E NÃO SABE

PAULA ODA/ MC

As características do verão, entre elas o calor e a umidade, formam o ambiente ideal para a proliferação de microrganismos, como os fungos. Os fungos se alojam em diversos lugares, existindo milhões de espécies. Alguns deles fazem parte do cotidiano das pessoas, como os cogumelos, o bolor das frutas e o apreciado queijo Rockfort, mas há também os que nos causam danos.

No corpo, pele, couro cabeludo e unhas, por exemplo, podem causar infecções. Discreta e resistente, a contaminação por fungos pode trazer danos mesmo sem a pessoa saber que está com o problema.

Segundo o dermatologista, presidente da Associação Brasileira de Dermatologia do Distrito Federal, Gilvan Ferreira Alves, cerca de 40% da população tem problemas com esses microrganismos, e a maioria sequer tem conhecimento do problema, sendo as infecções nas unhas a mais ignorada, por não ter sintomas, como coçar, arder ou doer.

Os principais fungos que causam esses problemas são o *Trichophyrum Rubrum* e o *Trichophyton Mentagrophytes*, e a doença de maior frequência é a onicomicose – infecção, por fungos, da lâmina ungueal. Ela é tão comum, que, segundo o médico, se uma pessoa está com uma doença na unha, pensa-se logo na presença de fungos.

A contaminação acontece por meio do contato com objetos contaminados, como alicates, sapatos e meias, ou com terra, água e animais domésticos que abrigam os fungos. Por isso, na época de chuva, é fundamental ter cuidado com a água das ruas para não se infectar.

Os principais sinais da presença de fungos são o descolamento da lamina da unha, o espessamento da unha – hiperqueratose – e unhas quebradiças – onicolise. Nas mulheres, às vezes, é mais difícil a identificação do problema,

devido ao uso dos esmaltes, que cobrem a unha, impedindo que seja observada a coloração diferente e as manchas.

Para o tratamento, o dermatologista costuma receitar antifúngicos orais e em forma de esmaltes. Ele pode levar de seis a oito meses, dependendo do nível de contaminação.

Uma servidora do Tribunal viveu a experiência na pele. Ela conta que um dia machucou a unha de um dos dedos da mão ao fechar a porta do carro. A unha ficou escura, o hematoma surgiu, mas não desaparecia com o tempo: “Preocupada, resolvi procurar um dermatologista, que antes mesmo de colher o material da unha e enviar para

TIPOS DE MICOSES

- **Onicomicose distal e subungueal** - É a mais comum de todas e afeta a ponta da unha. As bordas laterais se descolam e a unha fica oca. O fungo responsável é o *Trichophyton rubrum*.
- **Onicomicose proximal subungueal** - Há um descolamento da unha na proximidade da cutícula. A unha apresenta aspecto turvo e espesso.
- **Onicomicose superficial branca** - Deixa a unha toda branca e é provocada pelo fungo *Trichophyton mentagrophytes*.
- **Onicomicose distrófica** - A unha apresenta-se completamente destruída e espessa por baixo.
- **Paroníquia** - Inflamação ao redor das unhas provocada por leveduras (*Candida albicans*). Deixa o contorno da unha avermelhado e dolorido, a unha fica ondulada.



o laboratório suspeitou ser fungo. Não acreditei quando o resultado do exame confirmou a suspeita do médico”.

Sobre o tratamento orientado pelo especialista, ela explica que precisa aplicar o remédio semelhante a um esmalte no local apenas uma vez por semana após lixar a unha contaminada, mas destaca que deve fazer isso por um ano. “Em seis meses, como previsto pelo médico, o fungo aparentemente sumiu, mas continuo aplicando a medicação pelo tempo determinado, do contrário o fungo pode voltar”, explica a servidora, que mantém os cuidados exigidos para curar a unha contaminada.

A falta de cuidado pode fazer a pessoa perder as unhas ou levar a que estas nasçam com deformidades. “Apesar das consequências serem mais estéticas, elas incomodam, ainda mais quando começam as deformações”, relata o especialista.

A presença de fungos em qualquer parte do corpo não significa falta de higiene, mas cuidados básicos podem evitar o contágio. “Evite compartilhar objetos pessoais, utilize calçados próprios e higienizados”, recomenda o médico. Para aqueles que precisam trabalhar de sapato fechado, é importante deixá-los em ambiente com ar circulante após o uso. ■



COMO CUIDAR

Para evitar riscos, o ideal é que o cliente tenha sempre à mão um kit particular com os instrumentos que serão usados no salão, inclusive esmalte. Se não puder levar todos os instrumentos, que tenha pelo menos os seus próprios palitos, lixa e esmalte. Eles não podem ser esterilizados e são mais baratos.

NÃO É MICOSE

Outras doenças que podem atacar a unha e serem confundidas com micose:

- **Psoríase** - Doença que atinge a pele e provoca descamação, preferencialmente nos cotovelos e joelhos. As unhas mostram-se esfareladas, espessadas e amareladas. A infecção nesses casos é secundária.
- **Tumores** - As unhas apresentam faixas enegrecidas ao longo da unha, com bordas irregulares.
- **Liquen plano** - Alteração na matriz da unha, com faixas brancas, que ao longo do tempo sofrem espessamento e destruição. Apresenta intensa descamação.



Lágrimas de um organograma

Deus nos deu inúmeros e diferentes dons. Todavia, por vezes, tais dons são insuficientes para levar a cabo uma ideia, um projeto, uma instituição. Outrora, artesãos realizaram obras magníficas. Seus nomes permanecem até a data atual. Cientistas e tecnólogos têm chegado a descobertas e invenções impressionantes. Entretanto, sabemos que raras foram as vezes em que não houve a participação de outrem na consecução desses objetivos. Mesmo Miquelângelo reconhecia nos ferramentistas uma capacidade que o permitia realizar as obras que realizou.

Criaram-se as organizações, assim, com o fim, entre outros, de possibilitar o melhor desenvolvimento de empreendimentos. A revolução industrial deixou isso patente. Produção e produtividade foram, então, perseguidas tenazmente. Dessa forma, as organizações foram desenvolvendo estruturas capazes de, cada vez melhor, atender as demandas previstas em sua missão e nos objetivos estratégicos.

Hoje se aceita explicar a composição de determinada organização, por meio de seu organograma, conjunto de cargos e funções especializadas, articulado por mecanismos hierárquicos, com produção racionalmente sistematizada por normas. Esse aparato já foi muito bem apresentado, trabalhado e explicado, principalmente, por Max Weber, quando estudou e descreveu a burocracia.

A chamada “era do conhecimento e da informação”, no entanto, suscita outros questionamentos e, por vezes, aponta posições e requer comportamentos estranhos a esse paradigma. Aqui, procura-se tocar em apenas um: se a burocracia busca o aprofundamento na técnica para alcançar “the best way”, ou seja, a melhor maneira de fazer o que tem que ser feito, e isso requer aumento do volume de conhecimentos e informação acumulado, a que unidade organizacional caberia essa responsabilidade? Nos ambientes de iniciativa privada, a resposta poderia vir imediatamente: “ – Unidades de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento)”. Mas a provocação continua. E em órgãos públicos, notadamente,

onde a burocracia está fortemente estabelecida, a qual unidade está direcionada tal responsabilidade?

Arrisca-se dizer que unidades de alto processamento aceitam melhor o direcionamento burocrático, isto é, uma condução baseada em ritos determinados por um conjunto de disposições ou de regulamentos legais aplicáveis às atividades padronizadas. Seu desempenho, então, está atrelado à obediência a códigos, e o grau de satisfação, associado à produção quantitativa.

Unidades, porém, cujo core se traduz por elaborar estudos, desenvolver constructos, realizar análises e conceber novos modelos, requerem constantes questionamentos – acerca da própria missão organizacional, dos objetivos e das estratégias mais adequadas e de melhorias necessárias ao melhor desempenho sistêmico, pelo menos. Tal responsabilidade, contudo, anda na contramão do racionalismo burocrático.

Não é raro encontrar unidades burocráticas públicas em conflito. Se buscam apresentar produtos finais na velocidade de “linhas de montagem”, falta-lhes tempo para examinar, estudar e conhecer melhor os seus processos críticos de trabalho para proporem novas e melhores soluções. Se dedicam tempo para reeducarem-se, recebem críticas de pouca produtividade.

Se a inovação depende da criatividade e esta, de ambientes de criação que decorre de novos conhecimentos e informações, como unidades de viés burocrático podem servir a tais propósitos se “tudo o que precisam” está em seus códigos? E se nessas unidades há sementes de inovação buscando prosperar, como podem “convencer” os burocratas dessa necessidade? De tais unidades caem as lágrimas, menos por sofrimento, mais por falta de esperança. ■

*Especialista e mestre pela FGV em Gestão Pública, servidor do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional do TRF da 1.ª Região.

Petição Eletrônica



Acesse: www.trf1.jus.br/Processos/ePeticao

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região





Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br